

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA JULIA BERGAMASCO PEREIRA

A posição da CNI diante da ofensiva neoliberal brasileira (2016 -2022)

Uberlândia

2024

MARIA JULIA BERGAMASCO PEREIRA

A posição da CNI diante da ofensiva neoliberal brasileira (2016 -2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

Uberlândia

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P436 2024	<p>Pereira, Maria Julia Bergamasco, 1999- A posição da CNI diante da ofensiva neoliberal brasileira (2016 -2022) [recurso eletrônico] / Maria Julia Bergamasco Pereira. - 2024.</p> <p>Orientador: Danilo Martuscelli. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Ciências Sociais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Sociologia. I. Martuscelli, Danilo ,1978- (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 316</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MARIA JULIA BERGAMASCO PEREIRA

A posição da CNI diante da ofensiva neoliberal brasileira (2016 -2022)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais

Área de concentração: Ciências Sociais

Uberlândia, 22 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli – (Orientador)

Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva

Prof. Dra. Patrícia Vieira Trópia

AGRADECIMENTOS

Durante minha formação acadêmica, algumas pessoas foram imprescindíveis para tornar minha caminhada mais leve e prazerosa. Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família, o lugar no qual sei que quando precisar encontrarei acolhimento, compreensão, amor e apoio. Alírio, Adriana e Eduardo, vocês são meu porto seguro.

Outro agradecimento muito especial ao Danilo, meu professor e orientador. Muito obrigada por todo apoio e paciência durante todo este tempo no qual trabalhamos juntos. Sabemos que não foi fácil a caminhada, entretanto, sua orientação humanizada foi essencial para tornar este caminho menos solitário e mais tranquilo.

À Tia Grá, minha primeira professora. Saiba que sua importância é fundamental para a pessoa que estou me tornando a cada dia. Te guardo no meu coração com muito carinho. Falando em professores, Flávia, obrigada por me mostrar que a relação entre professor e aluno vai muito além de só apresentar a língua portuguesa e sua gramática. E por todo o apoio que me deu na época dos vestibulares.

Thiago e Luciene, obrigada por me apresentarem a sociologia. Se estou me formando no curso de ciências sociais é porque vocês nos apresentaram a matéria no ensino médio e me fizeram apaixonar pela ciência política, antropologia e sociologia. Tenho muita admiração por vocês e pelos profissionais que vocês são.

Agradeço também à UFU e a todas as pessoas que conheci através dela, e às minhas amigas de infância, Laura e Milena, que estão do meu lado até hoje.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa de pesquisa de iniciação científica que deu origem ao presente trabalho.

RESUMO

A CNI tem historicamente representado os interesses da grande burguesia interna industrial. Na conjuntura da crise política brasileira recente, a entidade desempenhou um papel destacado na cena política e influenciou sob vários aspectos os rumos da política nacional. O objetivo desta pesquisa é analisar as demandas históricas e conjunturais dos industriais na conjuntura de 2016 a 2022, em especial a posição política adotada pela CNI frente ao impeachment de Dilma Rousseff, ao governo de Michel Temer, à eleição presidencial de 2018, ao governo de Jair Bolsonaro e à eleição presidencial de 2022. A pesquisa procurou combinar leitura bibliográfica e de sites jornalísticos com estudo das matérias de capa e dos editoriais escritos pelo presidente da entidade publicados na Revista da Indústria Brasileira, que é produzida pela CNI. Além de dar apoio ao impeachment de Dilma e aos governos de Temer e de Bolsonaro, ao longo de toda a conjuntura analisada, a CNI procurou dar centralidade à aprovação e discussão de uma série de contrarreformas constitucionais, tais como: a trabalhista, a previdenciária, a tributária e a administrativa, tendo contribuído também para a aprovação da emenda do Teto de gastos, do Novo Ensino Médio e da venda da Petrobrás para o capital privado. Na conjuntura em questão, a CNI aderiu ativamente ao neoliberalismo, vindo a defender a diminuição do papel do Estado na economia, a retirada de direitos trabalhistas, a redução de impostos, a ampliação da participação do capital privado em projetos de infraestrutura, entre outras propostas.

Palavras-chave: Confederação Nacional da Indústria (CNI); reformas neoliberais; burguesia industrial; política brasileira; conflitos de classe.

ABSTRACT

The CNI has historically represented the interests of the large industrial inner bourgeoisie. In the context of the recent Brazilian political crisis, the entity played a prominent role on the political scene and influenced the direction of national politics in several aspects. The objective of this research is to analyze the historical and conjunctural demands of industrialists in the period from 2016 to 2022, in particular the political position adopted by the CNI in the face of the impeachment of Dilma Rousseff, the government of Michel Temer, the 2018 presidential election, the government of Jair Bolsonaro and the 2022 presidential election. The research sought to combine bibliographic reading and journalistic websites with the study of cover stories and editorials written by the president of the entity published in the *Revista da Indústria Brasileira*, which is produced by the CNI. In addition to supporting Dilma's impeachment and the Temer and Bolsonaro governments, throughout the analyzed situation, the CNI sought to give centrality to the approval and discussion of a series of constitutional counter-reforms, such as: labor, social security, tax and administrative, having also contributed to the approval of the amendment to the Spending Cap, the New Secondary Education and the sale of Petrobrás to private capital. In the situation in question, the CNI actively adhered to neoliberalism, defending the reduction of the role of the State in the economy, the withdrawal of labor rights, the reduction of taxes, the expansion of private capital participation in infrastructure projects, among other proposals.

Keywords: National Confederation of Industry; neoliberal reforms; industrial bourgeoisie; Brazilian politics; class conflicts.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Capa da edição de setembro de 2016.....	26
Imagem 2 -	Artigo escrito por Temer para uma edição da Revista.....	38
Imagem 3 -	Pontos que podem ou não entrar na negociação da Reforma.....	48
Imagem 4 -	Quadro com as principais propostas da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados.....	53
Imagem 5 -	Quadro com as principais propostas da Reforma Tributária do Senado Federal.....	53
Imagem 6 -	Processo de aprovação do novo licenciamento ambiental (1).....	59
Imagem 7 -	Processo de aprovação do novo licenciamento ambiental (2).....	59
Imagem 8 -	Primeira parte da carta	76
Imagem 9 -	Segunda parte da carta	77
Imagem 10 -	Terceira parte da carta	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CNI COMO REPRESENTANTE DA GRANDE BURGUESIA INTERNA.....	13
1.1 O conceito de fração de classe e os sistemas de fracionamento da burguesia.....	13
1.2 Neodesenvolvimentismo nos limites do capitalismo neoliberal periférico	15
1.3 A Confederação Nacional da Indústria: formação, composição e representação	18
2 DO NEODESENVOLVIMENTISMO AO NEOLIBERALISMO: A POSIÇÃO DA CNI NA CONJUNTURA DE 2016 A 2022.....	21
2.1 A mudança de posição da CNI diante da conjuntura de crise	21
2.2 Golpe jurídico-parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff	22
2.3 Governo de Michel Temer	26
2.4 Eleições presidenciais de 2018	28
2.5 Governo Bolsonaro	33
2.6 Eleições presidenciais de 2022	35
3 AS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS APOIADAS PELA CNI	43
3.1 Contrarreformas aprovadas.....	43
3.1.1 Emenda Constitucional 95/PEC-241	43
3.1.2 Novo Ensino Médio.....	44
3.1.3 Reforma Trabalhista	46
3.1.4 Reforma da Previdência Social.....	49
3.2 Contrarreformas não-aprovadas	51
3.2.1 Reforma Tributária	51
3.2.2 Reforma Administrativa	55
4 QUESTÃO AMBIENTAL, PRIVATISMO REGULATÓRIO E PANDEMIA.....	57
4.1 Meio Ambiente.....	57
4.2 Marcos Regulatórios	60
4.3 Pandemia de COVID-19	61
CONCLUSÃO.....	64
REFERENCIAS	66

INTRODUÇÃO

Para os fins desta pesquisa, uma entidade sindical patronal se define como representante dos interesses econômico-corporativos de um segmento da burguesia. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pode ser considerada como uma das mais importantes entidades patronais brasileiras. Historicamente, a CNI tem representado e defendido os interesses da burguesia ligados à atividade industrial, em especial dos segmentos ligados à indústria de transformação¹.

Em sua página oficial da internet, a CNI apresenta como seu principal objetivo a promoção e o desenvolvimento de políticas públicas que impulsionam e garantam a produção industrial e o empreendedorismo. Entre as diversas áreas de atuação, destacam-se o diálogo e a articulação política exercida pela entidade com o governo e com o Estado. Além disso, a CNI tem marcado presença em diferentes fóruns e conselhos ligados ao debate sobre a produção industrial, tais como o Conselho Nacional de Previdência (CNP); a Organização Internacional dos Empregadores (OIE), na qual a CNI ocupa a vice-presidência da América Latina; o Fórum Nacional da Indústria (FNI), órgão de consulta da diretoria da CNI, formado pelos presidentes de mais de 50 entidades setoriais e líderes industriais com a finalidade de avaliar os mais diversos cenários políticos e econômicos para traçar planos, baseados em pesquisas científicas, que contribuam e garantam os interesses industriais.

Para desenvolver a análise do posicionamento político da CNI na conjuntura brasileira recente, levamos em consideração a discussão teórica já produzida sobre o tema da burguesia industrial, os documentos produzidos e disponibilizados pela própria entidade em seu site oficial, em especial a Revista Indústria Brasileira, que teve seu primeiro número publicado em 2016 e publicou 72 edições entre 2016 e 2022; as entrevistas de dirigentes da entidade e as reportagens veiculadas por diversos jornais no meio digital, que abordassem a entidade como

¹ De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a indústria de transformação é constituída por 24 grupos: Indústria de alimentos; Indústria de bebidas; Indústria de produtos do fumo; Indústria de produtos têxteis; Confecção de vestuário e acessórios; Preparação de couros e fabricação de mercadorias de couro; Indústria de produtos de madeira; Indústria de celulose, papel e produtos de papel; Impressão e reprodução de gravações; Indústria de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis; Indústria de químicos; Indústria de produtos farmacêuticos e farmoquímicos; Indústria de produtos de borracha e de material plástico; Indústria de produtos de minerais não-metálicos; Metalurgia; Indústria de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Indústria de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Indústria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Indústria de máquinas e equipamentos; Indústria de veículos automotores, reboques e carrocerias; Indústria de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; Indústria de móveis; Indústria de produtos diversos; Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (quando realizada por unidades especializadas) (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2024).

tema central. Além disso, procuramos realizar leituras de pesquisas sobre a entidade e a conjuntura referente ao período de abrangência desta pesquisa (2016 a 2022).

A Revista Indústria Brasileira é uma revista elaborada, editada e disponibilizada pela CNI em seu site no formato digital. Em seu primeiro número, publicado em abril de 2016, a revista informava ao leitor que: “este novo veículo de comunicação da CNI, dirigido prioritariamente à sua base de representação, às autoridades políticas e aos formadores de opinião, pretende oferecer uma referência exaustiva e atualizada das principais ações em defesa da indústria nacional e do desenvolvimento brasileiro” (CNI, 2016a, p. 3). No geral, suas edições encontram-se divididas nos seguintes tópicos: artigo do presidente, matéria de capa, indústria em ação, agenda legislativa, competitividade, termômetro econômico, giro Brasil e global e SESI/SENAI/IEL. Para fins de análise, nos debruçamos no estudo do conteúdo dos artigos do presidente e da matéria de capa, por considerarmos que nesses espaços da revista concentram-se as pautas prioritárias para as quais a entidade procurou chamar a atenção durante toda a conjuntura analisada.

O principal objetivo deste trabalho é compreender como se desencadeou o deslocamento da CNI da frente neodesenvolvimentista para a frente neoliberal e o comportamento adotado pela entidade diante da política nacional em um cenário de crise política e econômica estabelecida em 2016, que culminou no impeachment de Dilma, passando pelo Governo Temer, pelas eleições presidenciais de 2018, pelo governo Bolsonaro e pelas eleições presidenciais de 2022.

Na primeira parte deste trabalho, serão abordados os debates sobre os fracionamentos da classe burguesa, seus sistemas de divisão, suas representações e atuações na política; o neoliberalismo, suas características, consequências e influências nas ações das mais diversas frações burguesas, em especial da burguesia industrial interna; e a CNI, sua organização e composição, suas principais características, representações e atuação para a defesa dos interesses dos industriais.

Na segunda parte, será abordado o posicionamento da CNI nos principais acontecimentos políticos entre os anos de 2016 a 2022: o golpe contra o governo de Dilma Rousseff, o governo Temer, a eleição presidencial de 2018, o governo de Jair Bolsonaro e a eleição presidencial de 2022. Além disso, faremos uma discussão sobre diferentes hipóteses que levaram a CNI - e a fração de classe representa por ela - a adotar um posicionamento neoliberal e a abandonar o neodesenvolvimentismo neste período de crise política e econômica.

Na terceira parte, será discutida a adesão da CNI ao neoliberalismo através do estudo do apoio dado pela entidade às contrarreformas neoliberais, seja as aprovadas, de maneira recorrente e incisiva neste período, seja as que ainda estão em discussão.

Já na quarta, e última parte, também faremos uma discussão sobre a adesão da CNI ao neoliberalismo, mas levando em conta temas considerados como “secundários” e circunstanciais, pois durante a conjuntura não foram abordados de maneira tão repetida e evidente, tais como: os novos marcos regulatórios para diversas áreas da economia e o privatismo regulatório dele decorrente, o meio-ambiente, a atuação da entidade no combate à pandemia de COVID-19 e sua posição frente à propaganda negacionista feita pelo governo federal neste período de pandemia.

1 A CNI COMO REPRESENTANTE DA GRANDE BURGUESIA INTERNA

1.1 O conceito de fração de classe e os sistemas de fracionamento da burguesia

Para a teoria marxista, a burguesia se caracteriza como a classe detentora dos meios de produção e da hegemonia ideológica e política no capitalismo. Entretanto, esta classe não se constitui como um bloco homogêneo, sendo atravessada, portanto, por fracionamentos que são “efeito das estruturas (econômica, política) da totalidade social (modo de produção)” (FARIAS, 2009, p. 82).

Segundo Farias (2009, p. 81), é importante levar em consideração dois elementos quando se discute as frações de classe da burguesia: 1) as diversas configurações dessas frações de acordo com a função, origem ou escala de operação do capital desta burguesia, 2) as aproximações, distanciamentos e cruzamentos entre estas frações no tempo ou de acordo com a conjuntura.

Sobre as categorizações das frações e sua ação política, Farias aponta que:

Poulantzas, em *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui* [As classes sociais no capitalismo hoje], refere-se a vários sistemas de fracionamento – burguesia industrial, comercial, financeira; burguesia compradora, interna, nacional; burguesia monopolista, não-monopolista –, mas não faz uma reflexão de como se devem operar esses diferentes sistemas de fracionamento na observação de uma conjuntura dada. Como indicou Saes, é preciso se ter em conta que numa conjuntura específica há a articulação dos efeitos de diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante. Isso porque as várias dimensões da política econômica – monetária, cambial, industrial – e a rapidez na sucessão de medidas dispõem os agentes se enfrentando em diversas frentes de fracionamento: ora burguesia industrial versus comercial, ora comerciantes exportadores contra importadores, ora comércio atacadista versus varejista (FARIAS, 2009, p. 84).

Ou seja, as ações econômicas e políticas são tomadas de acordo com a conjuntura apresentada e configuram as relações e tensões entre as frações da burguesia, seja para promover o distanciamento, seja incitar aproximações entre elas.

A análise de Décio Saes (2014, p. 117) oferece subsídios para abordar o fracionamento relacionado à inserção do capital no sistema capitalista internacional. Para o autor, este fracionamento compreende os seguintes elementos: o capitalismo se expande para além das fronteiras nacionais, ocasionando outras relações entre o capital estrangeiro e a burguesia nativa, que se reflete em novos fracionamentos da burguesia, tais como: a burguesia associada, a burguesia nacional e a burguesia interna. A burguesia associada é uma espécie de correia de transmissão dos interesses do capital estrangeiro. A burguesia nacional pode

participar de uma frente antiimperialista e está mais voltada ao desenvolvimento do mercado interno. Já a burguesia interna possui uma relação de dependência e contradição em relação ao capital estrangeiro, o que torna sua posição política paradoxal, uma vez que, da mesma maneira em que precisa se defender, ainda que de maneira cautelosa, do capital estrangeiro para continuar a existir, ela depende deste capital e, invariavelmente, defende politicamente seus interesses (SAES, 2014, p. 117).

Este sistema de fracionamento nos permite afirmar que o posicionamento político da CNI tende a representar os interesses da grande burguesia interna, sendo seu comportamento instável e pendular por sofrer influência e se transformar diante de crises econômica ou política, ora vindo a fortalecer seus laços de dependência com o capital estrangeiro (períodos de predomínio do neoliberalismo ortodoxo na política estatal), ora suas contradições com este capital (período marcado pela presença de uma política desenvolvimentista) (MARTUSCELLI, 2018). No período atinente à presente pesquisa, fortaleceu-se na CNI os laços de dependência em relação ao capital estrangeiro.

Outro conceito importante abordado no texto de Farias é o de bloco no poder. Para entendermos este conceito, é necessário compreender o papel do Estado capitalista como mediador de conflitos das frações da classe dominante, garantindo e hierarquizando, através de sua política, os interesses da burguesia:

[Para Poulantzas] a existência do bloco de classes e frações dominantes, ou seja, o bloco no poder, independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado. Nessa direção, o bloco no poder é mais amplo que o conceito de aliança, no sentido de que diz respeito a uma mesma situação comum de segmentos que pertencem às classes dos proprietários dos meios sociais de produção. Trata-se de uma condição comum de partícipes privilegiados da ordem social, o que faz que todos os segmentos das classes dominantes se unifiquem em torno de certos objetivos políticos gerais. Na articulação do bloco no poder, há a tendência à formação de um núcleo hegemônico, composto de uma fração ou um anel de frações da classe dominante. Poulantzas define a hegemonia política como a capacidade de uma fração fazer prevalecer seus interesses no interior do bloco no poder. Isso se traduz na capacidade dessa fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado. A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do Estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder (FARIAS, 2009, p. 94).

Portanto, as relações e conflitos dentro do bloco no poder constituem um ponto importante na dinâmica do processo político, juntamente com o conflito capital-trabalho (FARIAS, 2009, p. 98).

Como já observado, as decisões políticas tomadas pelo Estado capitalista favorecem os interesses da burguesia. Entretanto, estas decisões não favorecem a burguesia como um todo

por ser uma classe heterogênea, mas sim atende de modo desigual essas frações, garantindo o predomínio de algumas frações sobre outras e permitindo, assim formar, como denomina Décio Saes (2014), um sistema hegemônico:

[...] a hegemonia política de fração não pode ser exercida apenas por uma fração capitalista ligada a um único sistema de fracionamento. Tal hegemonia é um processo mais complexo: ela incumbe, caso a caso, a um segmento que combina atributos resultantes da operação simultânea de três modalidades de fracionamento da classe capitalista (SAES, 2014, p. 118).

Outro ponto importante discutido no texto de Décio Saes diz respeito aos diferentes comportamentos que as frações dominantes podem expressar diante da política de Estado em uma determinada conjuntura, tais como: o comportamento ativo, no qual a burguesia se posiciona abertamente, seja contrária ou a favor de uma política de Estado, através de notas, cartas, pronunciamentos; e a inação conivente, quando uma dada fração aparenta certa neutralidade, pois não se pronuncia abertamente, é como se fosse um segmento que “seguisse a maré” do posicionamento de outro segmento, esperando o decorrer dos acontecimentos para analisar suas consequências (SAES, 2014, p. 106). Tal inação conivente marcou o posicionamento da CNI na conjuntura de 2015 até o momento em que a entidade resolveu se posicionar tardiamente favoravelmente ao golpe de 2016.

1.2 Neodesenvolvimentismo nos limites do capitalismo neoliberal periférico

A ascensão da grande burguesia interna no interior do bloco no poder se iniciou no primeiro governo Lula por meio da implementação da política neodesenvolvimentista. O neodesenvolvimentismo, como o desenvolvimentismo dos anos de 1930-1980, busca fomentar avanços econômicos visando o mercado interno, mas sem romper com o modelo de capitalismo neoliberal periférico (BOITO JR, 2018, p. 58). Suas principais características, apresentadas por Boito Jr., são as seguintes: produção de índices menores de crescimento econômico devido ao limite do acúmulo de capital feito pelo capital financeiro, fundamental no capitalismo neoliberal; aceitação do recuo, ou especialização regressiva, no desenvolvimento industrial, imposto por este grande capital financeiro, concentrando no processamento de produtos agropecuários e recursos naturais e industriais de transformação com baixo índice de tecnologia e baixo valor agregado; além disso, este desenvolvimento é

voltado para a exportação destes bens de consumo, que contribuem para a manutenção do modelo capitalista neoliberal (BOITO JR., 2018, p. 58-59).

A adesão da fração interna da grande burguesia ao neodesenvolvimentismo e o apoio aos governos de Lula e Dilma, segundo Boito Jr (2018, p. 60), ocorreram devido às disputas dentro do bloco no poder e não porque este governo é o mais suscetível a garantir o controle do movimento operário e popular, que existiram no país nesta época. Os interesses da grande burguesia interna tem se deparado com resistências por parte da burguesia associada, que é subordinada ao capital estrangeiro, defende políticas neoliberais mais extremadas e teve seus interesses colocados em segundo plano pelos governos petistas (BOITO JR., 2018, p. 60):

A capacidade de pressão e, ao mesmo tempo, as limitações políticas do movimento operário e popular empurraram, então, a grande burguesia interna para uma frente política que o próprio movimento operário e popular não tinha condições de dirigir. A frente está unificada, ainda que de maneira precária, em torno do neodesenvolvimentismo da grande burguesia interna, mas depende, para o seu sucesso, e em grande medida, do movimento operário e popular – que, entanto, demonstra insatisfação com os limites deste projeto de desenvolvimento. [...]. Este desajuste entre a força hegemônica (burguesa) e a força principal (operária e popular) gera conflitos e instabilidades no interior da frente política neodesenvolvimentista. (BOITO JR, 2018, p. 61).

Ainda segundo Boito Jr (2018, p. 64), a posição neoliberal ortodoxa, defendida pela burguesia associada, busca fortalecer e expandir seu capital por vários países eliminando barreiras pelos países, em especial os da América Latina, através de investimentos, formação de monopólios e desindustrialização. Isso ocorre por meio da privatização e desnacionalização de empresas estatais de sucesso, abertura comercial com facilitação de importações de produtos industriais das economias centrais, abertura para investimentos em setores que eram controlados por capital público ou interno, criação de uma legislação que facilite o investimento nos títulos da dívida pública e em suas bolsas de valores, concedendo garantias para o retorno deste dinheiro investido de maneira favorável aos países centrais (BOITO JR, 2018, p. 64).

O discurso neoliberal tem como base “a crítica à ineficiência do Estado e [a] defesa do mercado como o lócus, por excelência, da atividade econômica” (SPINACE, 2019, p. 52). Esta compreensão de Estado e economia levou a ideia de que o Estado deve se tornar mínimo, transferindo sua função econômica e social ao mercado (SPINACE, 2019). Além de alterar a configuração do bloco no poder e as relações das frações de classes burguesas com a classe trabalhadora (SPINACE, 2019).

A compreensão das mudanças destas relações fica mais clara se entendermos as políticas neoliberais, a partir da metáfora dos círculos concêntricos elaborada originalmente por Boito Jr. (1999), na qual as frações de classe da burguesia estão inseridas à medida que suas necessidades são contempladas por essas políticas. Sobre estes círculos, Spinace observa que

O círculo maior expressa as políticas que contemplam o conjunto da burguesia. São medidas que têm por objetivo diminuir o custo do trabalho para as empresas, reduzindo a proteção e os direitos dos trabalhadores. Dentre todos os aspectos da política neoliberal, esse é o único que atinge de maneira mais ou menos equivalente o conjunto da burguesia, por envolver a relação dessa classe com as classes trabalhadoras. No círculo intermediário, temos a política de privatizações, que consiste na venda de empresas públicas, ou na concessão de serviços antes prestados pelo Estado ao capital privado. Essa política, no caso brasileiro, favoreceu a parcela da burguesia correspondente ao grande capital monopolista e seus parceiros estrangeiros. A política de privatizações iniciada pelo governo Collor, e expandida pelo governo FHC, criou mecanismos para restringir a aquisição das empresas públicas por grandes grupos nacionais, em vários casos em parceria com o capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, colocou à margem desse processo o pequeno e o médio capital, excluídos dos leilões realizados pelo governo. Por fim, o terceiro círculo, localizado no centro da figura, é o mais restritivo em relação aos seus beneficiários, pois não unifica sequer o conjunto do grande capital. A abertura comercial e financeira irrestrita tende a favorecer apenas o setor financeiro do grande capital e o capital imperialista. Este que, inclusive, é uma das principais forças a estimular a abertura de novos mercados, junto a organismos internacionais e governos de países centrais. [...], ainda que a burguesia industrial tenha apoiado de maneira difusa uma abertura comercial no Brasil, em grande medida em oposição às consequências provocadas pela crise do modelo de substituição de importações, não demorou para que houvesse um recuo por parte desse setor quando foram sentidos os primeiros efeitos da abertura promovida nos anos 1990. Consequentemente, os industriais passaram de apoiadores a críticos – ainda que moderados – dessa política (SPINACE, 2019, p. 60-61).

Ao comparar o comportamento da burguesia interna brasileira e argentina, Martuscelli (2018) aponta que em razão da ambígua relação da burguesia interna com o capital internacional e o imperialismo, o comportamento político desta fração pode oscilar diante da classe trabalhadora. Este movimento, conhecido como movimento pendular, se configura na relação de que em tempos de crescimento e intensa atividade econômica, a burguesia interna se apresenta disponível a fazer concessões materiais às classes dominadas. Todavia, em uma conjuntura de crise política e economia, parte desta fração se movimenta com a finalidade de transferir os prejuízos da crise para as classes dominadas, formando uma frente única com os interesses imperialistas contra a classe trabalhadora (MARTUSCELLI, 2018, p. 63):

No geral, é possível dizer que a burguesia interna dos países capitalistas dependentes é uma fração de classe capaz de vir a tratar os direitos sociais e trabalhistas e os impostos em geral como encargos ou entraves à competitividade das empresas; tal

posicionamento tende a ganhar mais força quando se depara com as situações de crise econômica (MARTUSCELLI, 2018, p. 63).

Este movimento é observado no comportamento da CNI, representante dos interesses da grande burguesia interna, que se afasta da base do governo petista logo depois de declarar apoio ao golpe de 2016 e passa apoiar a aprovação das contrarreformas neoliberais e os governos de Temer e Bolsonaro, orientados pelo programa neoliberalismo ortodoxo.

1.3 A Confederação Nacional da Indústria: formação, composição e representação

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi fundada em agosto de 1938, vindo a suceder a Confederação Industrial do Brasil (CIB) em um contexto histórico mais amplo do pós-crise de 1929, no qual o mundo ainda estava sob seus efeitos.

A CNI é uma entidade patronal brasileira que tem como principal função a defesa dos interesses da grande burguesia interna industrial. Esta fração da burguesia corresponde à burguesia ligada às indústrias de transformação, que dependem, em algum nível, do capital estrangeiro para produzir, entretanto, necessitam de alguma proteção contra este mesmo capital para continuar existindo.

Sua base de representação conta com a participação das federações da indústria dos 27 estados brasileiros, além de mais de 1.500 sindicatos que representam a categoria industrial dos mais diversos setores produtivos de todas as regiões do país. A CNI atua na cena nacional de diversas maneiras, como no cenário educacional através do SESI/SENAI e no cenário político mantendo diálogo com o poder executivo e legislativo, elaborando documentos, que dialogam com a burguesia industrial e também com toda a população, que afirmam e reafirmam seus interesses e necessidades frente a conjuntura política por meio de publicações como a Revista Indústria Brasileira e o Mapa Estratégico da Indústria. De acordo com Robson Andrade, que exercia o cargo de presidente da entidade em 2018:

Sempre com as atenções voltadas para o desenvolvimento econômico e a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores, atuamos para aumentar a competitividade das indústrias, aperfeiçoar o ambiente de negócios, retirar os entraves ao crescimento sustentado e atualizar o arcabouço institucional. A CNI nunca se omitiu. Nos momentos de crise, como a que o país viveu nos últimos anos, age para corrigir eventuais equívocos nas políticas adotadas pelo poder público, a fim de retomarmos o caminho do progresso. Em tempos de prosperidade, trabalha para que os fundamentos da economia se fortaleçam de modo a consolidar períodos de expansão, com estímulos aos investimentos, aumento do nível do emprego e geração de riquezas. Faz parte da nossa missão debater os temas da nação com espírito democrático, franqueza e transparência (ANDRADE, 2018a, p. 6).

Esta caracterização feita na edição especial da revista de agosto de 2018 que comemora os 80 anos de existência da CNI, deve ser compreendida de maneira crítica. O ponto no qual ele fala sobre melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores é paradoxal, não só por conta de questões estruturais ligadas à submissão dos trabalhadores da indústria às relações de exploração de classe, o que sinaliza os limites do progresso almejado pela CNI, mas tendo em vista também o empenho e o apoio dado pela CNI para a aprovação das contrarreformas neoliberais que se fundamentam na lógica de retirada ou supressão de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Este discurso voltado à população que vem embutido de argumentos como a melhoria dos salários, menos desemprego, mais desenvolvimento econômico e social, não retirada de direitos, é uma maneira encontrada pela burguesia (neste caso representada pela CNI) para convencer que seus interesses também são os interesses de outras classes, são interesses universais. Quem questionaria que aumentar a oferta de empregos não seja bom e necessário para todos? Entretanto, este discurso é utilizado para manter a hegemonia e domínio ideológico da classe burguesa na sociedade brasileira. Essa dinâmica de querer apresentar o interesse particular como universal pode ser observada nas edições da Revista Indústria Brasileira. A revista só convidou entrevistados (jornalistas, deputados e senadores, advogados, economistas, cientistas políticos etc.) que referendassem as posições defendidas pela CNI, vindo a sugerir com isso que o conjunto de especialistas e políticas davam razão aos pleitos da entidade.

Focada em garantir os interesses da fração da grande burguesia interna industrial, a CNI conta com uma diretoria com mais de 20 pessoas ligadas ao ramo industrial, considerando aqui presidente, vice-presidentes, tesoureiros e diretores da entidade. Além disso, a CNI conta com conselhos temáticos, nos quais discute, com a participação de representantes industriais e especialistas dos temas debatidos, as possíveis ações e medidas que devem ser tomadas para melhorar a atividade produtiva e resolver os problemas que surgem no decorrer da conjuntura e os problemas estruturais encontrados na linha de produção brasileira.

Desde que surgiu, a CNI discute temas intrínsecos à produção industrial, não só temas que surgem com uma conjuntura conturbada como uma crise econômica e política, mas sim também temas que atravessam toda a produção e que independem das circunstâncias conjunturais, tais como: as relações de trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a redução do Custo Brasil, para ficarmos com alguns exemplos. O documento “101 propostas

para modernização trabalhista”, elaborado pela CNI no ano de 2012, que aponta para a necessidade da modernização das leis trabalhistas, a flexibilização da CLT, a sobreposição do acordado sobre o legislado, a regulamentação da terceirização (CNI, 2012), assim como as cinco edições da revista (entre 2016 e 2017) e documentos recentes que tratam exatamente da reforma trabalhista e o apoio irrestrito dado pela entidade à Reforma Trabalhista de 2017, são indicações de que discussões ligadas às relações de trabalho têm circulado com certa regularidade como pauta da burguesia interna industrial.

2 DO NEODESENVOLVIMENTISMO AO NEOLIBERALISMO: A POSIÇÃO DA CNI NA CONJUNTURA DE 2016 A 2022

2.1 A mudança de posição da CNI diante da conjuntura de crise

O apoio da burguesia interna industrial ao neoliberalismo e o abandono do neodesenvolvimentismo não aconteceu de maneira uniforme (BRAGA, 2021, p. 193). Segundo Braga (2021, p. 193), a burguesia industrial foi a fração burguesa que teve suas necessidades atendidas e priorizadas pelas políticas econômicas durante todo o primeiro mandato do governo Dilma, devido à política econômica de redução da taxa básica de juros, à luta contra o spread bancário, à criação de programas que estimulam o investimento em produção e desenvolvimento científico, à ampliação e criação de novas linhas de crédito para pequenas e médias empresas através do BNDES, à desoneração da folha de pagamento de alguns setores da indústria e à flexibilização do tripé neoliberal (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário para pagamento do serviço da dívida pública). Ao atender as necessidades da grande burguesia interna industrial e deixar em segundo plano os interesses da burguesia financeira e da burguesia associada, o governo Dilma e o próprio neodesenvolvimentismo passaram a ser alvos de crescentes críticas (BRAGA, 2021, p. 196-207).

Com o agravamento da crise econômica internacional e a eclosão de uma crise política no país, que tem como marco as manifestações de junho 2013 e a contestação do pleito eleitoral por Aécio Neves (concorrente de Dilma na disputa do segundo turno para a presidência), a grande burguesia interna passou a se afastar da defesa do neodesenvolvimentismo e veio a aderir ao neoliberalismo (BRAGA, 2021, p. 207).

A instabilidade política começa com as manifestações de julho de 2013, a partir do momento que manifestantes saem às ruas em todo o país reivindicando a redução da tarifa de ônibus que seria aumentada em São Paulo. Pouco tempo depois tais manifestações passam a contar com com pautas diversas e difusas e novos adeptos, vindo a ser apoiadas por representantes do grande capital internacional e nacional. No pleito eleitoral de 2014, o candidato derrotado nas urnas, Aécio Neves (PSDB), questiona a veracidade dos resultados. No início de 2015, Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados e no final do mesmo ano acata a denúncia de que o governo Dilma teria cometido crime de responsabilidade por conta das pedaladas fiscais e decretos suplementares. O processo se “encerra” com o impeachment de Dilma em 2016. Juntamente com a crise econômica, que

levou o governo a recuperar o tripé neoliberal pressionado pela burguesia associada, o abandono de algumas políticas favoráveis a burguesia industrial ocasionou o distanciamento desta burguesia em relação às políticas neodesenvolvimentistas e sua adesão ao neoliberalismo, vindo assim abandonar a base do governo e apoiar o impeachment de Dilma Rousseff (BRAGA, 2021, p. 208-210).

Como já exposto, o distanciamento da burguesia interna em relação ao neodesenvolvimentismo e ao governo Dilma não aconteceu de uma maneira simultânea. É importante observar aqui como se comportaram as diferentes entidades representativas da burguesia industrial no golpe. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) foram as apoiadoras de primeira hora do impeachment de Dilma. As federações das indústrias dos estados da Bahia (FIEB), Paraná (FIEP), Minas Gerais (FIEMG) e Rio Grande do Sul (FIERGS) adotaram uma posição neutra, que poderia ser caracterizada como inação conivente, não vindo a se manifestar abertamente em relação ao impeachment. A CNI adotou posicionamento tardio favorável ao impeachment, passando a integrar a frente política neoliberal dirigida pela burguesia financeira internacional (BRAGA, 2021, p. 215).

2.2 Golpe jurídico-parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 foi um acontecimento político importante na conjuntura analisada. Para fins desta análise, caracterizar este processo como um golpe jurídico-parlamentar é essencial para compreender as mudanças ocorridas nas relações entre as forças dentro do bloco no poder, seu poder político e posicionamento diante da conjuntura exposta.

O golpe de Estado tem como características principais três aspectos indissociáveis: o primeiro é a disputa pelo controle da política e de seu processo decisório, ou seja, quais as forças que ascendem nesse processo e estão interessadas em manter ou tomar o controle das decisões políticas. A segunda é a transformação das relações entre as partes dominantes e não dominantes do aparelho do Estado, que são mudanças institucionais geradas pelo golpe e sua força institucional executora. A terceira são as ações de conspiração e tomada do poder realizadas pelas forças golpistas, como os meios utilizados para legitimar e deflagrar o golpe (MARTUSCELLI, 2020, p. 68-69).

Baseado nestas características intrínsecas ao golpe de Estado, Martuscelli (2020) estabeleceu alguns critérios para analisar a deposição de Dilma como golpe jurídico-

parlamentar. O primeiro critério está relacionado às mudanças e redefinições das frações do bloco no poder, da grande burguesia interna para a burguesia financeira internacional, no controle das decisões e do aparato político:

O golpe de 2016 designa o reforço da hegemonia política dos interesses do capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada, e a contenção do processo de fortalecimento político dos interesses da grande burguesia interna, que vinha ocorrendo desde 2005 (...). A despeito de o golpe de 2016 ter recebido o apoio ativo de amplos segmentos da grande burguesia interna, inclusive nas mobilizações de rua, não foram esses segmentos que lograram estabelecer a hegemonia política no bloco no poder, uma vez que, se a implementação de uma versão extremada do neoliberalismo unifica a burguesia contra os interesses dos trabalhadores na política de redução ou supressão de direitos sociais e trabalhistas, contrariamente estabelece uma hierarquia entre os interesses do capital financeiro internacional e aqueles da grande burguesia interna. É adequado afirmar que o golpe de 2016 teve como consequência a implementação de uma política que impôs sérios sacrifícios materiais às classes dominadas, mas essa constatação é insuficiente para quem se propõe a realizar uma análise global das classes sociais. Para tanto, é preciso detectar também quais interesses das frações do bloco no poder foram priorizados pela nova política governamental, isto é, qual hierarquia de interesses se constituiu no seio do bloco no poder. (MARTUSCELLI, 2020, p. 93-94).

O segundo critério, ainda segundo Martuscelli (2020), é a participação de forças como Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público, ou seja, forças internas ao Estado, como executoras do golpe e as mudanças institucionais relacionadas ao golpe:

No caso do impeachment de Dilma, os conflitos de classe repercutiram na dimensão partidária, e dois fatores foram decisivos para sua aprovação: a) a não aceitação por parte do PSDB dos resultados eleitorais de 2014 e as iniciativas que esse partido tomou, a partir de então, para legitimar o fim antecipado do mandato de Dilma Rousseff; e b) o desembarque do PMDB da coalizão governamental liderada pelo PT e as articulações que o antigo aliado dos petistas passou a fazer com outros parlamentares ou partidos satélites para inviabilizar o governo, especialmente a partir do lançamento do programa “Uma ponte para o futuro”, que pretendia unificar o partido em torno de uma plataforma neoliberal, e do acolhimento por parte do deputado Eduardo Cunha do pedido de impeachment na Câmara Federal. Embora outros deslocamentos partidários tenham ocorrido neste processo, o posicionamento tomado por esses dois grandes partidos que possuíam ampla inserção política nacional e bancada superior a 50 parlamentares foi decisivo para minar a base partidária do governo Dilma no Congresso Nacional e aglutinar forças favoráveis à implementação do neoliberalismo extremado. (...). [O posicionamento e atuação do aparato judiciário] convergem com a aceitação do impeachment, entre os quais destacamos: a conivência de parcelas significativas desse aparato com o tratamento questionável dado às pedaladas fiscais e aos decretos de créditos suplementares como crime de responsabilidade; a organização de toda uma arquitetura institucional para defenestrar do governo a presidente Dilma e as forças ligadas ao PT, destacando-se os seguintes componentes: a Ação Penal 470 e a legitimação da teoria do domínio do fato, o rechaço à PEC 31, a ampliação da abrangência do dispositivo da delação premiada, a Operação Lava Jato, o vazamento ilegal de conversas entre Dilma e Lula, o impedimento da posse de Lula como ministro, a criminalização do lobby, a “participação ativa” do STF na condução dos trabalhos do julgamento do processo de impeachment no Senado e sua “omissão” ao rejeitar todos recursos que

visavam demonstrar irregularidades e lacunas no processo; o “conluio” entre aparato judicial e mídia corporativa – aspecto fundamental para gerar consenso negativo contra Dilma e seu partido e legitimar socialmente as iniciativas da cúpula do aparato judicial que não se inserem no aparelho estatal por meio de representação do voto; a politização do judiciário e a formação de uma ampla rede de conspiração política constituída principalmente por juizes, promotores e operadores da Lava Jato, como demonstram as diversas matérias divulgadas por The Intercept Brasil em 2019 (MARTUSCELLI, 2020, p. 96-97).

O terceiro e último critério, segundo o autor, é o uso de maneira casuística e oportunista do aparato legal brasileiro e da mídia para iniciar, seguir e legitimar o processo de deposição da presidente Dilma.

Um dos aspectos fundamentais da tática adotada pelas forças golpistas foi a de caracterizar expedientes amplamente utilizados por governos em nível federal, estadual e municipal em várias gestões, como são os casos das pedaladas fiscais e dos decretos de crédito suplementares, como crimes de responsabilidade e como alegação suficiente e crível para interromper o mandato de Dilma. Outro aspecto importante foi o conluio criado pelo aparato judicial e a mídia corporativa com vistas a legitimar todas as iniciativas tomadas pelos maiores defensores da moralidade política (os membros do judiciário) e transmitir a ideia de lisura técnica de todo o processo que, embora implicasse a decisão dos congressistas, tinha o aval do judiciário – afinal as instituições estavam funcionando muito bem (MARTUSCELLI, 2020, p. 32).

Depois de traçar as características centrais do golpe jurídico-parlamentar sofrido pela presidente Dilma em 2016 e indicar as principais forças envolvidas nesse evento, é imprescindível para a presente pesquisa compreender o papel desempenhado pela CNI durante esse processo. Pode-se afirmar, portanto, que a CNI apoiou, mesmo que tardiamente, o golpe aplicado contra o governo Dilma. Apoio que pode ser observado em várias falas e reportagens publicadas nas revistas, especialmente durante o período do golpe e também em uma carta emitida pela entidade, no dia 12 de abril de 2016, cinco dias antes da aprovação do impeachment pela Câmara dos Deputados, realizada no dia 17 de abril de 2016.

Esta carta não está disponível nos arquivos do site oficial da CNI, mas sim, na íntegra, em diversos meios de comunicação digital como no site da revista *Época* (2018). Entregue aos 513 deputados federais e assinada pelo presidente da CNI da época, Robson Braga de Andrade, o conteúdo desta carta sustenta que o país estava em uma recessão econômica e apesar dos esforços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,² o governo não teria mais capacidade de elaborar políticas eficientes para melhorar o ambiente de negócios e

² Desde o início do segundo mandato de Dilma, este ministério era comandado por Armando Monteiro, que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e havia presidido a CNI entre 2002 e 2010.

a economia. O documento ainda salienta que o governo era complacente com os movimentos sociais, que segundo a entidade tinham como filosofia a radicalização e o confronto, gerando um aumento nas tensões e da violência. E, por fim, a entidade ressalta que confia no Congresso Nacional e no novo governo para tomar as melhores decisões e cessar esse período preocupante da política e economia brasileira, visando sonhar com o futuro.

Tal posição é ratificada no artigo do Presidente da CNI publicado na Revista Indústria Brasileira do mês de maio de 2016, mês no qual ocorreu a votação, no Congresso Nacional, de afastamento de Dilma do governo e de assunção de Temer ao governo interino em 12 de maio de 2016, como podemos observar a seguir:

Nações que atravessam processos de ruptura institucional não o fazem sem traumas ou incertezas quanto ao futuro de um novo governo. Doloroso, porém legítimo, o afastamento do ocupante da Presidência da República deve ser encarado como a chance singular de o Brasil corrigir os equívocos do passado recente que provocaram as crises política e econômica e mergulharam o país na mais persistente recessão dos últimos 80 anos. O momento é de correção de rota e enfrentamento dos velhos obstáculos ao crescimento da economia brasileira, como apresenta e leva ao debate a segunda edição da Revista Indústria Brasileira. Não se colocará o Brasil na trilha do desenvolvimento sustentável sem ações resolutas, eficazes e perenes. O resgate da confiança de cidadãos e empresários no país em suas instituições e governantes é urgente, mas factível e os caminhos são conhecidos (ANDRADE, 2016a, p. 6).

Além disso, a CNI publica na matéria de capa da edição de setembro de 2016 (primeira edição da revista pós-golpe) que os industriais estão satisfeitos com a resolução desta crise política e esperançosos com o governo de Temer e com a previsão de recuperação econômica, conforme as medidas essenciais, definidas por eles, como as contrarreformas neoliberais (que serão discutidas no capítulo 3 desta pesquisa) forem sendo aprovadas. A entidade entende que:

A conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff reduziu a instabilidade política e trouxe expectativas positivas para os agentes econômicos, mas isso não é suficiente para destravar novos investimentos e inaugurar um novo ciclo de expansão. A expectativa de empresários, economistas e consultores, para os dois anos de mandato de Michel Temer, é que sejam aprovadas medidas que possam controlar os gastos públicos e melhorar o ambiente de negócios, reduzindo incertezas (CNI, 2016b, p. 35).

Com isso, para a CNI, o apoio ao golpe garantiu a estabilidade política necessária, com um governo alinhado às receitas neoliberais defendidas pela entidade, para conseguir contemplar os interesses da fração de classe representada por ela.

2.3 Governo de Michel Temer

Após o golpe de 2016, que culminou na deposição da então presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer, filiado ao PMDB, assumiu a presidência do país até a realização de um novo pleito eleitoral no ano de 2018, finalizando o que era para ser o segundo mandato de Dilma, que compreenderia inicialmente o período de 2015 a 2018.

O apoio da CNI ao governo Temer, como já levantado, é fincado em seu alinhamento ao neoliberalismo ortodoxo, refletido em um conjunto de ações políticas, tais como: a aprovação de Reforma Trabalhista, que contou com o apoio da CNI, vindo a promover a redução de direitos dos trabalhadores, chamados pela entidade como “encargos”, com a finalidade de reduzir os custos da produção à medida que supostamente contribuiria para aumentar sua produtividade; a redução da participação do Estado na economia, por exemplo, com o novo marco regulatório do Pré-Sal, também aprovado no governo Temer e que também obteve o apoio da entidade; a PEC-241, ou PEC do Teto de Gastos, que limita e controla os gastos públicos, também aprovada por este governo e apoiada pela CNI.

A análise das edições da Revista da Indústria Brasileira permite-nos observar o apoio da entidade a este governo. Temer foi o único presidente da República a ganhar uma edição com a sua foto na capa (setembro de 2016), logo após o golpe ser concretizado, edição que destaca os caminhos e as reivindicações da indústria para o seu mandato.

Imagem 1 – Capa da edição de setembro de 2016



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2016b)

O apoio é demonstrado também na matéria da capa da edição de fevereiro de 2017, nomeada “Ajustando as Engrenagens”, na qual a CNI comenta a agenda de medidas microeconômicas divulgada pelo governo Temer para fomentar o consumo, enquanto este mesmo governo negocia no Congresso Nacional as reformas estruturais, consideradas essenciais pela indústria para o crescimento econômico. Estas medidas têm quatro objetos: regularizar dívidas tributárias, simplificar o pagamento de impostos, facilitar o acesso aos créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) e a redução do custo de empréstimos bancários. Para a CNI, o governo está indo na direção certa, mas deveria considerar o fluxo de caixa das empresas, que foi duramente prejudicado pela longa recessão econômica. Além da aprovação da emenda constitucional que limita os gastos públicos baseados na inflação passada, a matéria destaca que o governo pretendia aprovar mudanças na previdência social, estimular a atividade econômica, atrair investimentos privados para a infraestrutura por meio de concessões públicas. Ainda nesta matéria de capa, é discutida a importância dessas ações do governo para estimular novamente a economia, pois elas ajudarão a equilibrar financeiramente as famílias e as empresas e complementam duas importantes reformas que é o congelamento dos gastos públicos pela inflação passada, já aprovada quando essa revista foi escrita, e as mudanças nas regras da previdência social, em discussão no Congresso Nacional (CNI, 2017a).

Outro ponto que demonstra o apoio da CNI a Temer e a seu governo é seu posicionamento perante os escândalos de corrupção ligados a ele, surgidos durante a Operação Lava Jato, a mesma operação que contribuiu de maneira incisiva para a saída de Dilma da presidência.

Sobre este ponto, a entidade afirma na matéria da capa da edição de junho de 2017, intitulada: “É Preciso Pensar no País”, a importância das investigações sobre corrupção no país e também salienta como as instituições políticas precisam seguir funcionando para buscar soluções a mais grave crise enfrentada pelo país. De acordo com a CNI, para assegurar estabilidade econômica e política e a continuação do trabalho e aprovação de medidas (como a do teto de gastos, reforma trabalhista, da previdência) é necessário a manutenção em seus cargos de Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, e Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, independente de novos fatos, que possam desestabilizar o governo de alguma maneira, venham a ocorrer. Mudanças no marco regulatório de concessão de linhas telefônicas, elétricas, aeroportos, portos, rodovias e do pré-sal, além de mudanças na lei de licitações (fazendo um só modelo de contrato, desburocratização do processo administrativo), criação de um licenciamento ambiental único são considerados pela entidade como pontos

importantíssimos para a retomada da economia brasileira. Segundo a CNI (2017b, p. 19): “há praticamente um consenso entre empresários, economistas e analistas políticos de que a aprovação de propostas mais polêmicas no Legislativo ficou ainda mais complicada depois das acusações feitas por Joesley Batista contra Michel Temer”, porém, de acordo com a entidade, este fato não pode atrapalhar todos os avanços já conquistados e os próximos.

Ainda sobre este ponto de turbulência ligado à corrupção no governo Temer, no Artigo do Presidente: “Não É Hora de Descansar”, da edição de julho de 2017, Robson Braga de Andrade fala sobre a importância e a coragem do governo em conseguir aprovar a reforma trabalhista, visando a livre negociação entre patrão e empregados e frisando que não houve a retirada de nenhum direito dos trabalhadores, mesmo em um contexto de crise política; e em estabelecer um limite de crescimento nas contas públicas para o equilíbrio destas contas, concluindo que as transformações e aprovação de medidas essenciais (como a reforma da previdência) não podem parar. Segundo o presidente da CNI:

Enfim, governo e Congresso merecem aplausos pela coragem de, mesmo num cenário adverso do ponto de vista político, aprovarem reformas necessárias ao país. Mas é preciso reforçar consensos e continuar avançando na retirada de crônicos obstáculos ao desenvolvimento – nessas e em outras áreas, como tributação, regulação da infraestrutura, diminuição da burocracia, estímulo às exportações, incentivo ao crédito, licenciamento ambiental e tantas outras. Não é hora de descansar (ANDRADE, 2017a, p. 7).

O fato de a entidade não abordar a possibilidade real de um novo processo de impeachment por motivo de corrupção e parabenizar, de maneira explícita, o governo Temer por sua coragem de continuar aprovando pautas importantes, independente desta nova crise política, permite-nos dizer que a luta contra corrupção não foi efetivamente um ponto decisivo para o apoio da entidade ao golpe contra o governo Dilma, como já afirmado e explorado nesta pesquisa. O apoio estava conectado mais precisamente ao conteúdo da política governamental do novo governo oriundo do golpe e dos benefícios que isso traria para os interesses representados pela CNI.

2.4 Eleições presidenciais de 2018

As eleições de 2018 são outro acontecimento da conjuntura analisada que merece destaque. Este processo de escolha, através do voto, dos representantes que irão operacionalizar a máquina do Estado durante os próximos quatro anos é mais um campo de disputa entre as frações da burguesia. Assumir o comando estatal é importante, pois além de

ser um mecanismo que permite legitimar política e ideologicamente as ações do mandatário perante a sociedade civil, possibilita à burguesia certas garantias para que suas demandas sejam atendidas. Compreender a posição e atuação da CNI durante este cenário permite entender como a grande burguesia interna industrial está inserida no bloco no poder e quais os mecanismos acionados por ela com a finalidade de garantir seus interesses dentro do Estado.

Como afirmou Robson Braga de Andrade, em uma entrevista para a edição de maio de 2018 da Revista Indústria Brasileira, a entidade não possui um candidato na qual declare seu apoio e aponta seu papel durante e pós-eleições:

A CNI já escolheu seu candidato à Presidência da República? Quem a indústria vai apoiar nas eleições? A CNI não tem candidatos. Como representante da indústria brasileira, participará do processo eleitoral e, além do Mapa Estratégico, apresentará a todos os candidatos à Presidência da República propostas concretas para melhorar o ambiente de negócios, aumentar a produtividade e acelerar o crescimento. Em julho, vamos fazer o Encontro da Indústria com os Presidenciáveis, para debater a agenda da indústria com os candidatos. Depois das eleições, a CNI manterá o diálogo aberto e transparente com o governo eleito para garantir a continuidade e o aprofundamento das reformas necessárias para o país voltar a crescer (ANDRADE, 2018b, p. 25).

Este comportamento pode ser reiterado pelo fato de que durante as eleições a entidade não publicou notas e não declarou em nenhuma edição da revista explicitando apoio a algum dos candidatos que concorriam ao pleito eleitoral em 2018, mas a CNI elaborou cadernos com propostas que foram entregues aos presidenciáveis, com as ações em diversos campos como educação, infraestrutura, contrarreformas, essenciais para a retomada e avanço da economia.

Além disso, a entidade promoveu um encontro no qual os presidenciáveis abordaram seus projetos para o país e escutaram as reivindicações e questionamentos dos industriais sobre seu possível mandato, conhecido como Diálogo da Indústria com os Candidatos à Presidência, realizado no dia 4 de julho de 2018. Esse evento contou com a presença dos seguintes pré-candidatos: Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede), Jair Bolsonaro (PSL), Henrique Meirelles (MDB), Ciro Gomes (PDT) e Álvaro Dias (Podemos). Ressaltamos aqui a ausência do pré-candidato do PT neste evento. Nesse momento, Lula estava preso e o PT não havia sinalizado uma alternativa, insistindo assim na própria possibilidade de Lula ser o candidato. A candidatura do PT só veio a se confirmar no prazo limite para a confirmação oficial das candidaturas, em um quadro em que a Operação Lava Jato fazia manobras fraudulentas para manter Lula na prisão e impossibilitá-lo de se candidatar.

De acordo com matéria publicada na revista da entidade, os planos de governo apresentados pelos pré-candidatos durante o evento foram os seguintes:

O pré-candidato à Presidência da República Geraldo Alekmin (PSDB) considera que “o grande desafio do mundo moderno é o emprego”, mas que para retomar o crescimento econômico de maneira sustentável, o primeiro problema a ser atacado é o desequilíbrio fiscal das contas públicas, medida essencial para estimular investimentos. [...]. Se vencer as eleições, Alekmin disse que fará reformas estruturantes ainda no primeiro semestre do governo. Entre as prioridades estão a simplificação tributária, com unificação de impostos, a revisão do modelo de representação política e a reforma do sistema previdenciário (CNI, 2018a, p. 16).

A prioridade da pré-candidata Marina Silva (Rede), caso seja eleita para a Presidência da República, é uma reforma política que contemple o fim da reeleição, a quebra de monopólio de partidos com a possibilidade de candidaturas independentes, a aprovação do voto distrital misto e a composição de governo com base em meritocracia. Segundo ela, o presidencialismo de coalizão é um modelo que não funciona mais no Brasil e deve ser trocado por um presidencialismo de proposição. Segundo ela, essa mudança de modelo político permite governar com base no diálogo e em programas, ao invés de obter apoio no Congresso Nacional em troca de indicações para cargos públicos, situação que prevaleceu nos últimos governos (CNI, 2018a, p. 17).

A redução da burocracia e a desregulamentação de aspectos da economia seriam medidas de seu governo para contribuir com a recuperação da atividade produtiva e da confiança do empresário. Essa foi a principal plataforma apresentada pelo pré-candidato à Presidência da República pelo PSL, deputado Jair Bolsonaro. [...]. Segundo ele, a indústria não pode continuar sendo tratada como inimiga (CNI, 2018a, p. 18).

A reforma tributária é uma das principais propostas de ação do pré-candidato à Presidência da República Henrique Meirelles (MDB). O ex-ministro da Fazenda do governo Michel Temer destacou que uma equipe vem elaborando um projeto mais detalhado sobre o tema. A previsão dele é de a mudança ser votada nos primeiros 100 dias de seu governo, caso obtenha a vitória nas urnas. Tendo como base uma proposta em discussão no Congresso Nacional, coordenada pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Meirelles adiantou que o foco será simplificar a cobrança de tributos (CNI, 2018a, p. 19).

Se eleito para a Presidência da República, o pré-candidato Ciro Gomes (PDT) disse que vai aumentar o capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e recriar a Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), extinta no governo Michel Temer e que era usada nos custos dos empréstimos do banco para o setor produtivo. Segundo ele, os custos dos financiamentos no Brasil são muito altos e isso desestimula investimentos, principalmente de infraestrutura (CNI, 2018a, p. 20).

“As reformas são inevitáveis e devem ser feitas nos 100 primeiros dias de governo. As contas públicas estão deterioradas e desarrumadas. É preciso fazer a reforma do Estado, que cresceu muito”. Esse é o diagnóstico do pré-candidato à Presidência da República Álvaro Dias (Podemos), ex-governador do Paraná, sobre os desafios da próxima gestão à frente do Palácio do Planalto. Apesar de ser polêmica, a reforma da Previdência Social é imprescindível, assim como a reforma tributária. Senador, ele defende a reforma do Estado com a redução no número de senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores e o fim de privilégios de políticos, como a verba de representação e aposentadorias especiais (CNI, 2018a, p. 21).

Como foi relatado na matéria da cobertura do evento pela Folha de S. Paulo:

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, afirmou que empresários não temem eventual vitória de Jair Bolsonaro

(PSL) na eleição presidencial. "Queremos um presidente que faça o Brasil se desenvolver e não temos receio, de forma alguma, de um governo de Jair Bolsonaro, de direita, ou de quem quer que seja", disse. "O que a gente vê, não só no empresariado, é que as pessoas querem um presidente em 2019 que tenha firmeza e autoridade, mas também responsabilidade", complementou. A simpatia do setor da indústria à pré-candidatura do capitão reformado ficou evidente em evento da CNI há 15 dias com seguidas salvas de palmas. "Foi o mais aplaudido? Foi, foi o mais aplaudido", afirmou Andrade (FOLHA DE S. PAULO, 2018a).

Ainda sobre o evento, em outra reportagem da Folha de S. Paulo, o jornal afirma que Bolsonaro foi interrompido 12 vezes durante sua fala para ser aplaudido pelo empresariado industrial brasileira presente no evento. Quando prometeu diálogo e consulta aos industriais para tomada de decisões, ou quando falou que nomearia generais aos cargos e não terroristas e corruptos, além de quando propôs uma reforma na previdência. Sobre a proposta da reforma, a reportagem aborda o seguinte:

Uma única vez, Bolsonaro recebeu aplausos após propor algo. Chamado a apontar soluções para o déficit da Previdência, ele indicou as aposentadorias dos servidores públicos como cerne do problema, sugeriu aumentar o teto salarial para algumas carreiras e defendeu seu direito de receber auxílio moradia como deputado. Cinco dias depois, o deputado estadual Flavio Bolsonaro, filho mais velho do candidato, comemorou uma decisão judicial que suspendeu o aumento da contribuição previdenciária dos servidores do Rio, uma das medidas tomadas pelo estado no ano passado para arrumar suas finanças. "A conta de tanta incompetência e corrupção não tem que ser paga por você, servidor", disse. "Seguimos fazendo a nossa parte, e contem sempre com a família Bolsonaro." Pai e filho erraram no diagnóstico e no remédio. Falta dinheiro para pagar os aposentados do Rio porque os gastos com seus benefícios aumentaram mais do que as receitas do estado, que diminuiriam com a crise econômica e a queda dos preços do petróleo. Não foi a corrupção. Aumentar o teto dos servidores e manter privilégios como o auxílio moradia, como Bolsonaro propôs, fariam o governo gastar mais com a elite do funcionalismo, sem equilibrar a Previdência. Se os empresários estão mesmo preocupados com ela, é difícil entender por que aplaudiram (FOLHA DE S. PAULO, 2018b).

Chama-nos a atenção a não participação de candidatos de partidos de esquerda no evento, como Guilherme Boulos (PSOL), mesmo sem ter sua candidatura efetivada até o dia do evento, da mesma maneira que Bolsonaro não tinha. Por exemplo, a de Boulos foi efetivada dia 21 de julho de 2018 (G1, 2018a), a de Bolsonaro no dia 22 de julho de 2018 (G1, 2018b) e o evento aconteceu dia 04 deste mesmo mês. Observamos ainda que Fernando Haddad (PT) só teve sua candidatura oficializada pelo PT no dia 11 de setembro de 2018, substituindo Lula que estava preso, desde o dia 7 de abril de 2018, em Curitiba, condenado a 11 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, investigado pela Polícia Federal na Operação Lava Jato. O Supremo Tribunal Eleitoral (TSE) não aceitou a inscrição de sua candidatura baseando-se na Lei da Ficha Limpa (G1, 2018c).

O fato de a CNI não se posicionar abertamente, favorável ou não, à prisão arbitrária de Lula, seja em cartas, declarações públicas, nas matérias das revistas, chama a atenção e aponta uma aparente neutralidade da entidade. Entretanto, quando se trata da burguesia, o seu não-posicionamento, já se torna um posicionamento conivente, como discutido na metodologia desta pesquisa.

Na edição da revista de julho de 2018, a entidade convidou Bolívar Lamounier, cientista político e sócio-diretor da Augurim Consultoria, para uma entrevista. Nesta entrevista, o cientista político abordou as reformas necessárias para recuperar a economia do país, que serão discutidas posteriormente nesta pesquisa, falou sobre como o prestígio do presidente eleito será fundamental para a continuidade da aprovação dessas reformas dentro do Congresso. Além disso, Lamounier avaliou os governos como de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer como positivos e com potencial de crescimento econômico, ao mesmo tempo em que se referiu aos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff como negativos e desastrosos (CNI, 2018a).

Outro ponto reiterado pela entidade, na edição da revista de outubro pelo presidente em seu artigo, é que esta mudança de governo não deve alterar ou retroceder os avanços já conquistados (como a reforma trabalhista e a PEC-241). Segundo Andrade, para a melhoria da economia, deve-se garantir a permanência e a aprovação de novos avanços (como a reforma tributária e a reforma previdenciária).

É preciso que o setor público deixe de atrapalhar a economia nacional, com seu desequilíbrio orçamentário, e passe a contribuir para o crescimento econômico num ritmo mais condizente com as nossas necessidades. A mudança nas regras da Previdência Social e o corte de despesas são ações fundamentais para um ajuste de longo prazo. A indústria brasileira está pronta, como sempre esteve, para colaborar com o novo governo na busca de soluções para a crise fiscal que impede o pleno desenvolvimento econômico e social do país (ANDRADE, 2018c, p. 7).

Entretanto, em uma matéria divulgada pelo UOL (2018) que noticia um encontro na casa de Bolsonaro, no Rio de Janeiro no dia 22 de outubro, entre ele e representantes dos industriais, afirma que o presidenciável recebeu o apoio de diversos setores da indústria nacional dias antes do segundo turno das eleições. Neste encontro, Bolsonaro afirmou que não quer atrapalhar os industriais e que se for eleito, o seu governo apresentará medidas “que não traga sofrimento para ninguém” (UOL, 2018).

Dentre os representantes que estavam presentes neste encontro estavam o presidente da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), da Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos), da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), da

Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores), da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e do Instituto Aço Brasil (OUL, 2018).

Já na edição de novembro de 2018, mês seguinte à confirmação do resultado da eleição de Jair Bolsonaro (PSL), no artigo do presidente, “Confiança no Brasil”, Robson Braga de Andrade aponta que o período pós-eleitoral é marcado por otimismo e renovação, e que é nestes momentos que o país precisa mostrar união em favor de medidas que alavanquem o crescimento econômico: como a reforma da previdência, o reequilíbrio das contas públicas e a melhoria no ambiente de negócios (CNI, 2018b, p. 6 e 7).

2.5 Governo Bolsonaro

Passadas as eleições e a divulgação do resultado, que consolidou Jair Bolsonaro (PSL) como novo presidente do Brasil, a CNI logo divulgou um documento explicando os principais pontos e desafios para o governo, do ponto de vista dos industriais, além de Andrade (2018, p. 7) afirmar, em seu artigo do presidente da edição de novembro de 2018, que o movimento presente na burguesia industrial é de otimismo com o novo governo e que espera que Bolsonaro siga com planos de melhorias para o país, que incluem a aprovação das contrarreformas neoliberais, que serão discutidas posteriormente nesta pesquisa.

Os desafios e as expectativas da entidade apontados ao longo desta mesma edição são resumidos por Robson Andrade, em seu artigo do presidente, Confiança no Brasil, que são os seguintes:

O ajuste nas contas governamentais tem que ser uma constante, para que o Estado volte a caber nos limites do orçamento. A redução dos gastos correntes, o corte de desperdícios, a melhor gestão dos programas e a reforma da Previdência Social, além de garantir a credibilidade da política fiscal, teriam um efeito multiplicador na economia. Abririam espaço para investimentos públicos em infraestrutura e aumentariam a confiança dos empresários. O país precisa de mais competitividade, num cenário de crescimento econômico duradouro. Melhorar o ambiente de negócios implicará, entre outros aspectos, diminuir a burocracia e os custos tributários, reforçar a segurança jurídica, incentivar os investimentos, modernizar a infraestrutura, facilitar o acesso ao crédito, integrar a nossa economia às cadeias globais de valor e estimular o comércio exterior por meio de acordos bilaterais e multilaterais. [...] Devemos nos concentrar em ciência, tecnologia e inovação, fundamentais para o aumento da produtividade e a eficiência de produtos e processos. Também é indispensável continuar os investimentos na educação profissionalizante como forma de dar novas oportunidades aos jovens brasileiros, conferindo a eles melhores condições de se posicionarem no mercado de trabalho, ainda marcado pelo desemprego de milhões de brasileiros (ANDRADE, 2018d, p. 6-7).

Em fevereiro de 2019, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, foi preso pela Polícia Federal (PF), resultado da Operação Fantoche, que investigava esquemas de corrupção envolvendo contratos do Ministério da Cultura e o Sistema S. Andrade era suspeito de desviar 400 milhões através desses contratos. Segundo uma reportagem, no El País (2019), o presidente da entidade tinha boa relação com a ex-presidente Dilma (apesar de apoiar seu impeachment) e vinha cobrando mais espaço e interlocução no novo governo para os industriais, principalmente depois da fusão, pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, da pasta da Fazenda com a do Planejamento. O Ministro da Economia vinha dando atenção à arrecadação do Sistema S e havia anunciado que era necessário cortar estes recursos (EL PAÍS, 2019).

A entidade emitiu uma nota abordando o assunto e afirmou que tinha conhecimento de que o presidente da entidade estava na PF prestando esclarecimentos sobre a investigação e que a entidade estaria à disposição para oferecer as informações solicitadas pelas autoridades (G1, 2019). Com isso, Paulo Afonso Ferreira assume o comando, de maneira interina durante três meses, e depois Andrade volta a tomar a frente da entidade. Robson Braga de Andrade, que foi preso dia 19 de fevereiro de 2019 pela manhã e saiu da prisão na noite do mesmo dia a pedido da PF, acatado pela Justiça Federal de Pernambuco, logo após cumprirem mandados de busca e apreensão nos endereços ligados a Andrade (ISTOÉ, 2019).

Durante os anos de governo Bolsonaro, muito se discutiu na entidade sobre o futuro do país, sobre a reformulação das relações de produção e de trabalho, sobre os novos mecanismos que facilitam os negócios dentro e fora do país. Um deles merece destaque que é a aprovação da Reforma da Previdência Social, que será discutida mais profundamente no decorrer deste trabalho e aprovada durante este governo. Entretanto sobre este tema, é necessário ressaltar o posicionamento da CNI:

Robson Andrade destaca que grande parte das ações adotadas ao longo dos últimos meses integra a agenda de medidas proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao governo e ao Congresso Nacional para o Brasil recuperar a capacidade de competir nos mercados interno e externo e retomar o caminho do crescimento sustentado. Para o presidente da CNI, o avanço mais significativo ocorrido nesses 300 dias foi a aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional. “Depois de um amplo debate, a Câmara dos Deputados e do Senado Federal tiveram uma participação decisiva para aprovar uma reforma capaz de estabilizar o déficit da Previdência no médio prazo, trazer mais previsibilidade para as contas públicas e garantir o pagamento das merecidas aposentadorias aos brasileiros”, afirma Robson Andrade (CNI, 2019a).

Outro acontecimento que ocorreu durante os quatro anos de governo Bolsonaro foi a pandemia de COVID-19. Este assunto também será abordado de maneira mais aprofundada no decorrer desta pesquisa, porém, é importante ressaltar a diferença de posicionamento da entidade e do governo. Enquanto o governo adotou uma posição negacionista, a entidade defendeu a ciência, a eficácia das vacinas, e o distanciamento social como medidas para conter a pandemia e para minimizar seus efeitos. A CNI também defendeu a continuidade na aprovação das contrarreformas, liberação de créditos (via BNDES) para manter o capital de giro das pequenas e médias empresas, evitando assim, sua falência durante essa grave crise sanitária e econômica enfrentada globalmente.

Contudo, vale ressaltar que a CNI não condenou, de maneira enfática, as falas criminosas de Bolsonaro sobre a pandemia, o golpe de Estado e as minorias sociais. Como exemplo temos esta matéria publicada no site da Revista Época:

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolou na segunda-feira (03/02) uma ação que contesta a regra trabalhista que dá estabilidade a pessoas que vivem com o vírus HIV. A norma também abrange outras condições e doenças associadas discriminação ou preconceito. Dois dias depois, o presidente Jair Bolsonaro gerou uma onda de críticas ao dizer que pessoas com HIV são uma "despesa para todos no Brasil". O alvo da CNI na ação levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) é uma regra de 2012 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que na prática impede a demissão de funcionários soropositivos. "Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego", diz o texto da súmula 443 do TST. Segundo a confederação, a súmula criaria "instabilidade jurídica" porque "o empresário se vê obrigado a provar que demitiu por razão que não a doença, o que, na prática, acaba por transformar toda e qualquer demissão em discriminatória". Na avaliação do superintendente jurídico da CNI, Cassio Borges, a regra seria um "excesso". "É um excesso, uma inversão descabida do ônus da prova que torna abusiva toda e qualquer demissão, praticamente afastando o direito do empregador de demitir sem justa causa", afirma Borges em nota enviada pela confederação à reportagem (ÉPOCA, 2020).

Na maioria das vezes, a entidade concorda com estas falas e práticas do governo Bolsonaro da maneira mais direta possível, agindo politicamente para garanti-las. Com isso, o fato de a entidade não concordar ou concordar explicitamente, por exemplo, com algumas falas específicas de Bolsonaro não aponta uma neutralidade, mas sim, apoio ao governo, mesmo que existam algumas divergências entre eles.

2.6 Eleições presidenciais de 2022

Para se compreender as eleições de 2022 e a posição da CNI nesta conjuntura, é necessário contextualizar primeiro o cenário econômico e partidário envolvido nessa disputa,

depois as propostas e metas para os próximos quatro anos do novo governo pela ótica da burguesia industrial. A eleição de 2022 ocorre pós-pandemia e com os efeitos da crise ainda muito latentes no cenário brasileiro, acompanhada de um cenário de polarização partidária entre: Lula (PT) e Bolsonaro (PL) e as razões levantadas pelos seus apoiadores para ganhar a corrida eleitoral, como a corrupção e a condução da pandemia, conservadorismo e antipetismo, políticas neoliberais e ataques à democracia, dentre outras. Tratem-se de analisar quais foram as reivindicações da indústria para o futuro governo.

Na edição da revista de junho de 2022, a CNI discorre sobre um documento elaborado pela entidade com ajuda de diversas outras entidades representativas da indústria para ser entregue aos presidentes, na qual elas formulam (com base em pesquisas) 21 propostas em diversas áreas com o objetivo de ajudar e discutir o futuro do país e impulsionar a economia, “beneficiando” toda a população brasileira e não somente os industriais.

As propostas da CNI para a área dos tributos, com a redução de impostos sobre o consumo e renda corporativa, é a primeira a ser apresentada, com a finalidade de reduzir a insegurança jurídica, atrair investimentos e estimular a economia. A segunda área a ser explorada é a área de política industrial, focada em acelerar o desenvolvimento do setor industrial com a retomada do investimento e participação estatal. A terceira área é o desenvolvimento regional: com as dimensões territoriais grandes que o país possui e também as profundas desigualdades sociais e econômicas existentes no país, é necessário pensar em ações de desenvolvimento específicas para garantir o desenvolvimento das mais diversas regiões do Brasil. A quarta área é a de segurança jurídica: para garanti-la com medidas de simplificação de normas de regulação que melhorem a competitividade e reduzam o Custo Brasil. A quinta área é a de inovação: com criação de políticas de longo prazo que estimulem a inovação dentro das empresas, tornando-as mais competitivas. A sexta área é a de energia: políticas voltadas para o setor energético, buscando diminuir o valor pago pelas indústrias para a utilização desta infraestrutura, que é importante para o pleno funcionamento de suas unidades, ajudando a baratear a produção, aumentar a produtividade e a competitividade da indústria nacional. A sétima área é a de infraestrutura do transporte: a falta de diversificação de modelos de escoamento de produtos (que no país, 86% é feito através de rodovias) e de investimentos para modelos de transporte mais diversificados (utilizando mais e integrando com as rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), aumenta o custo de transporte, que conseqüentemente faz crescer os custos da produção. O investimento nessa infraestrutura é considerado como essencial para facilitar o escoamento da produção, diminuir seus custos, aumentar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira frente ao mercado

internacional, além de melhorar a qualidade da mobilidade urbana, fator essencial para dar maior qualidade de vida à população urbana (principalmente das grandes cidades). A oitava é referente às políticas econômicas, tais como responsabilidade fiscal, manutenção de metas de inflação e câmbio flutuante que são concebidas como essenciais para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira. A nona área é a do mercado de crédito: o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas, precisa, de acordo com o documento, ser repensado, visando à facilitação para conseguir financiamentos como ferramenta de ajuda para conseguir superar as dificuldades. A décima pauta é a educacional: com as mudanças ocorridas pela indústria 4.0 no país, torna-se preciso priorizar e adaptar uma educação voltada para a ciência, tecnologia e as necessidades do mercado de trabalho é a saída. A décima primeira área é o de comércio exterior: facilitação para a exportação, aumento da competitividade e integração da indústria nacional ao mercado globalizado são pontos importantes a serem garantidos nessa área. A décima segunda área é a de sustentabilidade: produtividade e proteção ao meio ambiente, adesão à economia de baixo carbono, é o futuro econômico que o país tem que estar atento e promover ações que facilitem a implementação dessa nova filosofia do mercado econômico, que visa ajudar a combater os impactos das mudanças climáticas causada pela ação humana. A décima terceira é sobre o trabalho. As novas relações que permeiam o mercado de trabalho mostraram a necessidade de mudanças na legislação trabalhista, algumas aprovadas em 2017 no governo de Michel Temer e apoiada pela CNI, porém, a entidade considera ainda necessário avançar nessa pauta para oferecer maior segurança jurídica às empresas. A décima quarta área é a de empregos: a nova demanda do mercado de trabalho abre novas possibilidades de emprego que precisam de uma requalificação profissional dos trabalhadores para eles se adaptarem a essas demandas. A décima quinta, e última área, é da saúde: com atenção primária aos pacientes, uso efetivo dos dados destes e programas de telessaúde que melhorariam e integrariam os atendimentos, desafogaria os hospitais e tornaria o ambiente de trabalho dos profissionais da saúde menos sobrecarregado (CNI, 2022a, p. 8-44).

A última parte desta edição de junho é um artigo escrito por Michel Temer, ex-presidente da República, que foi empossado após o golpe em Dilma Rousseff no ano de 2016. Neste artigo, Temer aborda as transformações sociais, que, segundo ele, são imprescindíveis e intrínsecas à vida social, e considera que as mudanças estruturais, políticas e constitucionais têm a necessidade de acompanhar essas transformações, como exemplo as relacionadas às relações de trabalho, que ficaram mais flexíveis, e a reforma nas leis trabalhistas e a regulamentação do trabalho terceirizado (aprovada em 2017, período em que Temer estava na

presidência da República) (CNI, 2022a, p. 46). Algo que chama a atenção, especialmente em relação ao artigo, é o fato de que foi a primeira revista que apresenta um tipo de nota que afirma que a opinião de especialistas e articulistas convidados que não refletem, necessariamente, a opinião da confederação em relação aos temas.

Imagem 2 – Artigo escrito por Temer para essa edição da revista:

▼ Outra visão

A opinião de articulistas, especialistas e convidados não necessariamente reflete a da CNI.

O Estado brasileiro e as reformas

POR MICHEL TEMER

La presidente da República

A atualização do sistema normativo é indispensável e fundamental para a adaptação a tempos novos, já que a sociedade vive em permanente mutação. Daí a necessidade de reformas dos mais variados temas de tempos em tempos. “Re-formar” é formar de novo. E o novo depende das modificações sociais. É teoria do Professor Miguel Reale, aquela alusiva à tríade fato, valor e norma, ou seja, determinados fatos vão sendo tão fortemente valorizados que, em dado momento, se transformam em normas.

Não é outra a realidade das modificações legislativas que, muitas vezes, são feitas por meio de reformas constitucionais. Não foi sem razão que efetivamos várias delas durante o nosso governo. Falando a empresários no Brasil e no exterior, a queixa que mais ouvia era referente às questões trabalhistas e à burocracia tributária. Logo percebi que era preciso uma reformatação trabalhista capaz de reduzir a litigiosidade entre empregado e empregador. São elas as grandes forças produtivas do país que, por isso mesmo, devem viver em harmonia.

Foi o que fizemos quando admitimos o negociado sobre o legislado, anotando que não tiramos nenhum direito do trabalhador, já que a reforma foi realizada por lei ordinária e aqueles direitos estão no artigo 7º da Constituição Federal. Ao contrário: conferimos direitos. Se havia incerteza quanto à

sua proteção legislativa nos casos do trabalho temporário e do remoto, a reforma tirou qualquer dúvida. Isso fez imposição dos novos tempos, e ajudou a reduzir os conflitos trabalhistas.

De igual maneira, instituímos o teto para os gastos públicos, ao fundamento de que o país não pode gastar mais do que arrecada. Essa fórmula gerou a diminuição da dívida pública, o que é útil para o país, já que reduz os juros pagos em razão dela. Tampouco poderíamos esquecer a modernização do ensino médio que, empreendida, adaptou a educação às realidades atuais. A previdência social foi reformada a partir de proposta da nossa gestão que, logo no início do novo governo, foi aprovada. Veja-se como as reformas são indispensáveis para a economia. Medidas como as descritas é que permitiram a redução da taxa Selic de 14,25% para 6,5%. De igual maneira, a inflação de quase dois dígitos caiu para 3,75%.

Tudo isso indica que o movimento reformista não pode ser paralisado. Deve prosseguir. E as indispensáveis, agora, são a simplificação tributária e a reforma administrativa, além de outras que as realidades de cada instante determinarem. É o que devemos esperar do atual e do próximo mandato.

Não esqueçamos nunca que, para tanto, impõem-se harmonia, paz e diálogo entre as instituições e com a sociedade. Pacificação do país é dever e tarefa de todos. ■

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2022a, p. 46).

Já na edição de julho de 2022, em sua matéria de capa, a CNI dá evidência ao Mapa Estratégico da Indústria 2023-2033. Documento no qual a entidade aborda ações que já foram realizadas nos anos passados, seus impactos sobre a economia e na sociedade brasileira. Uma das principais conquistas mencionadas pela entidade neste documento é a aprovação da Reforma da Previdência, que ocorreu no ano de 2019 (Governo Bolsonaro), considerada essencial para o controle das contas públicas e para a estabilidade macroeconômica, que são necessárias para a competitividade da indústria nacional:

A atuação da CNI pela aprovação da reforma ocorreu em três frentes. Uma delas foi a avaliação das propostas discutidas no Congresso; a segunda foi a conscientização

da população sobre a importância das mudanças; por fim, houve a mobilização de empresários industriais pela aprovação da reforma. A nova versão do Mapa Estratégico da Indústria reforçará a necessidade de o Brasil avançar nas reformas e na criação de condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e social do país. [...]. Incluída no Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, a meta de reduzir o número de tributos incidentes sobre a circulação de bens e serviços de oito para dois, até 2022, está longe de ser alcançada. [...]. Estudo do IEDI divulgado no final de junho destaca quatro condições cruciais para viabilizar uma agenda de desenvolvimento: manutenção da tranquilidade institucional e reforço da segurança jurídica; contas públicas sob controle e evolução significativa da governança do Estado; redução das desigualdades sociais; e avanços na sustentabilidade ambiental. Presentes no Mapa Estratégico da Indústria de 2018-2022, com diferentes resultados em relação aos propósitos almejados, esses quatro temas continuarão sendo prioridade nos próximos anos (CNI, 2022b, p. 10 e 11).

Outras áreas tiveram participação fundamental da indústria e da CNI para promover suas mudanças, melhorias, avanços e aprovações.

Na avaliação da CNI, um processo de grande impacto que contou com participação intensa da entidade foi a revisão das Normas Regulamentadoras (NRs). A entidade contribuiu, nas consultas públicas, com sugestões para aperfeiçoar essas regras. Ainda em 2018, foram editadas pelo Ministério do Trabalho as Portarias 252, 316 e 1083 como aperfeiçoamento da NR 12, que trata da segurança do trabalho em máquinas e equipamentos. A articulação e a discussão tripartite sobre o tema – com participação de governo, empregadores e trabalhadores – prosseguiu e, em maio de 2019, a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) aprovou o novo texto da norma, que melhora a segurança jurídica e o ambiente de negócios para as empresas industriais. Ainda de acordo com a CNI, a reformulação do Ensino Médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram outros avanços sugeridos no Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022. O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a convite do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), participaram da etapa de análise e sugestões para a melhoria do texto final das políticas públicas. As duas organizações do Sistema S foram pioneiras na implementação da formação técnica e profissional e se tornaram as principais parceiras do MEC na operacionalização desse itinerário de ensino (CNI, 2022b, p. 13 e 14).

Nesta mesma edição, a CNI abordou ainda como foi o Diálogo da Indústria com os Pré-Candidatos à Presidência da República, realizado no dia 29 de julho em Brasília–DF. Neste encontro, a CNI apresentou suas propostas para os próximos quatro anos e ouviu as propostas dos presidentiáveis: Simone Tebet (MDB), Ciro Gomes (PDT) e Jair Bolsonaro (PL), que aceitaram o convite da entidade e compareceram ao evento para dialogar.

Primeira a falar, a pré-candidata do MDB (Simone Tebet) prometeu, caso eleita, que uma reforma nos tributos que incidem sobre o consumo será aprovada pelo Congresso Nacional nos seis primeiros meses de governo. A senadora reconheceu a relevância do setor produtivo para a retomada do crescimento do Brasil. Destacou, também, a importância da consolidação de uma política de desenvolvimento industrial coordenada pelo governo federal, com metas claras e alinhadas às melhores práticas internacionais e à economia de baixo carbono. Tebet disse que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, que altera a

tributação sobre o consumo, é uma prioridade para enfrentar o chamado Custo Brasil. A senadora defendeu que o fundo de desenvolvimento regional discutido na proposta seja constitucional, a fim de não agravar a desigualdade social no Norte e no Nordeste. [...]. Segundo ela, seu programa de governo contemplará a adoção de uma política de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico com metas claras, de modo que o setor industrial possa contribuir para a retomada do crescimento econômico. A senadora também prometeu assegurar recursos para fomentar a inovação (CNI, 2022b, p. 19).

O pré-candidato do PDT (Ciro Gomes) afirmou que não existe desenvolvimento sem uma indústria de transformação forte e que essa é a base da passagem do Brasil para a economia do conhecimento. [...]. Segundo o candidato, caso eleito, seu projeto de desenvolvimento tem três passos. Primeiro, aumentar o nível de formação bruta de capital dos atuais 15% para 22%. O segundo passo é a recriação do Ministério de Indústria e Comércio, com a assinatura de um pacto de cooperação entre governo e setor privado para definir prioridades de aplicação do dinheiro público. Por fim, ampliar o investimento em educação básica e superior e em ciência, tecnologia e inovação. [...]. Segundo Ciro Gomes, o país vem perdendo espaço no comércio internacional de manufaturados. [...]. Ele defendeu a criação de novas estratégias para recuperar a participação da indústria na pauta de comércio exterior. Na avaliação do pré-candidato, o Brasil caminha para uma iminente falta de liquidez, por estar próximo de uma relação dívida-PIB de 100%. Nesse cenário, Ciro afirma que o equilíbrio fiscal será prioridade em seu governo, embora defenda o fim do teto de gastos (CNI, 2022b, p. 20).

Último a falar durante o evento, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que seu governo aumentou a segurança jurídica do país. Ele enfatizou que mais de 20 mil normas sem eficácia foram revogadas desde que assumiu o cargo. Bolsonaro mencionou, também, que houve avanços em normas trabalhistas, na área de infraestrutura, na política econômica e na desburocratização de regras. Ele disse ainda que, caso reeleito, também recriará o Ministério da Indústria e Comércio. [...]. Ele também destacou que as normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho (NRs) estão passando por um processo de simplificação, desburocratização e harmonização durante o seu governo. Segundo ele, a medida facilita a vida dos empresários. [...]. Bolsonaro ressaltou que vai ampliar investimentos em infraestrutura e mencionou medidas que, segundo ele, propiciaram avanços na área (CNI, 2022b, p. 21).

Nota-se, de primeira, a ausência de Lula (PT), que recebeu o convite para o evento, mas não compareceu, e de outros representantes neste debate. Entretanto, segundo uma reportagem veiculada pela Carta Capital, apesar da ausência de Lula neste evento, o presidenciável buscava o apoio da indústria e pretendia entregar seu plano de governo para entidades representantes da burguesia industrial nacional para ser debatido conjuntamente, com a finalidade de ganhar apoio de representantes desta fração da burguesia (CARTA CAPITAL, 2022).

Outro fato de importante destaque é que a CNI não assinou o manifesto em defesa do sistema eleitoral e do Estado Democrático de Direito, elaborado pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e publicado nos jornais dia 11 de agosto de 2022, disponibilizado em sua íntegra em uma matéria publicada no UOL. Este manifesto se originou, depois de alunos da Faculdade de Direito da USP também escrevem uma carta em defesa do Estado Democrático de Direito que contou com mais de 300.00 assinaturas

englobando toda a sociedade civil, devido às recorrentes falas de Jair Bolsonaro sobre uma suposta fragilidade e fraude nas urnas eletrônicas e no sistema eleitoral brasileiro, das diversas declarações atacando o STF, a constituição e o Estado Democrático de Direito, incitando o golpe de Estado. Segundo a entidade, o motivo de não ter assinado é a manutenção do diálogo com todas as coligações partidárias feitas pela CNI, tendo como objetivo a neutralidade e evitar de se posicionar politicamente (UOL, 2022a).

Um ponto importante nesta eleição, como noticiado em uma reportagem do jornal Metrôpoles (2022), é o fato que representantes dos industriais, que estavam em um grupo do Fórum Nacional da Indústria (FNI), responsáveis por analisar o cenário político e propor estratégias para a indústria, ligado à CNI, mandaram mensagens, na noite do domingo, pós-apuração do segundo turno, questionando a vitória de Lula, atacando o TSE. As mensagens tinham o teor de que era difícil para eles reconhecerem a vitória de Lula por uma diferença tão pequena e da maneira que o processo foi conduzido pelo TSE tinha muita “roubalheira”. Além de atacarem a região Nordeste, região na qual Lula obteve maior número de votos em relação à Bolsonaro, com mensagens xenofóbicas como: “Bolsonaro ganhou onde o Brasil produz e perdeu onde é sustentado”, se referindo aos locais onde cada candidato teve mais votos. Ainda na mesma reportagem, foi afirmado que os industriais não recuaram de seus posicionamentos ou não responderam quando foram procurados. Todavia, a CNI afirmou, através de sua assessoria, que reconheceu a vitória de Lula e que repudia totalmente o bloqueio ilegal das estradas feito pelos extremistas (METRÓPOLES, 2022)

Outra reportagem publicada na página do UOL (2022b) afirma que entidades representativas da burguesia cumprimentaram Lula por sua vitória e fizeram alguns apontamentos para sua gestão: manutenção da reforma trabalhista, avanços na reforma administrativa e tributária, em linhas mais gerais, e questões mais específicas, como a defesa contra a “invasão” de terras, voltadas ao seu setor. Sobre a CNI, a reportagem aponta que:

Representante da indústria, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) diz que "os próximos quatro anos exigem união e diálogo entre setores público e privado e a sociedade para a necessária construção de uma política industrial moderna, pautada nos investimentos em inovação e tecnologia e na agenda do clima". O ponto principal para a entidade é a aprovação da reforma tributária sobre o consumo, o que em sua visão vai estimular os investimentos produtivos e a criação de empregos. A CNI também pede investimentos em infraestrutura de transporte e na educação, além da criação de políticas que incentivem o investimento em energia renovável (UOL, 2022b).

Em linhas gerais, pode-se pensar e afirmar que a CNI aderiu novamente à perspectiva de não declarar abertamente apoio a nenhum dos presidencialistas, porém, continuou

reforçando e aderindo às ideias neoliberais em seus pronunciamentos, ainda que passasse a retomar (de maneira ainda sutil) a defesa da intervenção e do investimento estatais, vistos como necessários para a economia brasileira, tais como: os projetos de infraestruturas e apoio a micro e pequenas empresas com linhas de créditos mais acessíveis através do BNDES. Algo importante de ressaltar também é que as últimas edições do ano de 2022 não foram diretamente ligadas ao novo governo como foi eleito em 2018.

3 AS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS APOIADAS PELA CNI

As contrarreformas que são discutidas ao longo deste capítulo e que foram apoiadas pela CNI, se definem como políticas estatais neoliberais que tem como finalidade a retirada de direitos constitucionais conquistados através da luta da classe trabalhadora, não visando assim seu bem-estar ou a melhoria de suas condições de vida, como sugerem certas propagandas favoráveis à aprovação dessas reformas.³

Para o aprofundamento da análise, os tópicos deste capítulo serão divididos em reformas aprovadas, aquelas que viraram lei e foram assinadas pelo presidente da República, e as reformas em discussão, que são aquelas que ainda não haviam sido aprovadas até 2022, mas que vinham sendo apoiadas pela CNI e pelos industriais. Além disso, trataremos da posição da CNI referente à questão ambiental, aos marcos regulatórios e à pandemia de COVID-19.

Das 72 edições da Revista da Indústria analisadas, 27 edições (37,5% das revistas) abordam em sua matéria de capa, de maneira direta, as contrarreformas neoliberais, que são, para fins desta pesquisa: a) as reformas aprovadas: a Emenda Constitucional 95 referente ao teto dos gastos públicos, a reforma do ensino médio e as reformas trabalhista e previdenciária; e b) as reformas em discussão, ou não aprovadas, considerando o período de 2016 a 2022: tributária e administrativa.

3.1 Contrarreformas aprovadas

3.1.1 Emenda Constitucional 95/PEC-241

A primeira das contrarreformas neoliberais a ser discutida e aprovada é a Emenda Constitucional 95 ou PEC-241, conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos. A emenda foi promulgada no dia 15 de dezembro de 2016, pelo então presidente da república Michel Temer. Esta emenda congelou e limitou os valores dos gastos públicos por 20 anos, sendo o limite baseado no valor do ano anterior acrescido da variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

³ Para uma definição de contrarreforma, ver: Martuscelli (2013, p. 24)

Para a CNI, a aprovação desta contrarreforma era essencial para controlar os gastos públicos, neutralizar a inflação e a taxa de juros, diminuir o aumento de arrecadação tributária, melhorar o ambiente de negócios, reduzir as incertezas e ajudar a sair da crise econômica em que o país mergulhou.

Como afirma Robson Braga de Andrade, em seu artigo do presidente da edição de outubro de 2016:

A aprovação da PEC nº 241 é fundamental na criação das condições para que se possa reverter o desequilíbrio das contas públicas, proporcionando a recuperação da confiança e a criação de um ambiente mais propício ao crescimento, com o consequente aumento do emprego e do bem-estar social. O Brasil precisa retomar a via da estabilidade e do desenvolvimento. A nossa expectativa é de que a aprovação da PEC nº 241 represente o ponto de partida para o soerguimento da economia brasileira. Não podemos perder mais essa oportunidade de avançar na direção da reestruturação do país (ANDRADE, 2016b, p.7).

Entretanto, para continuar a reestruturação da economia do país, a entidade afirmava que a aprovação desta PEC não era suficiente. Ela considerava, como consta na revista de dezembro de 2016, necessária a aprovação de outras reformas, como a reforma da previdência e a tributária, que ajudariam na criação de novos empregos, na atração de investimentos internacionais, aumentariam a segurança e garantiriam a estabilidade e o crescimento econômico, essenciais para a superação da crise econômica de 2016:

o governo conseguiu aprovar uma mudança constitucional que limita a correção dos gastos à inflação passada, regra já aplicada ao orçamento de 2017. Mas ainda faltam, segundo a CNI, uma reforma orçamentária, para reduzir a rigidez dos gastos públicos, e uma gestão que aumente a eficiência na aplicação dos recursos públicos e eleve a capacidade de avaliação das políticas públicas (CNI, 2016c, p. 25).

Nessa perspectiva, pode-se reiterar que a CNI considerava a aprovação da PEC-241 extremamente positiva e apontava que o governo estava seguindo o caminho certo e seguro, promovendo mudanças importantes para a economia do país e melhor articulação entre o Congresso Nacional e a Presidência da República. Além disso, a entidade salientava também a necessidade de mudanças em outras pautas e reformas para garantir que essa medida do teto de gastos fosse efetiva, permitindo, assim, a estabilidade e avanço econômico do país.

3.1.2 Novo Ensino Médio

Outra contrarreforma importante e apoiada pela CNI foi a reforma do ensino médio de 2017, mais conhecida como Novo Ensino Médio. A Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de

2017, assinada por Michel Temer, pretendia mudar a estrutura do ensino médio no Brasil, proporcionando ao estudante uma maior flexibilidade em sua formação educacional.

Esta lei modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aumentando a carga horária de 800 horas para 1.000 horas anuais, definindo uma nova organização curricular compatível com uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ofertando para os estudantes os itinerários formativos, com a possibilidade de escolha dos estudantes, adequando seu futuro profissional às novas exigências criadas pelas mudanças no mercado de trabalho, conforme pregava seus dispositivos oficiais.

A entidade apoiou esta nova organização estrutural do ensino médio, pois ela se coadunava com seu posicionamento sobre o papel da educação na sociedade. Como apontado pela entidade na matéria de capa da edição de novembro de 2018, na qual ela discute sobre os principais passos e medidas que o futuro presidente Jair Bolsonaro deve seguir para ajudar a indústria e melhorar o desempenho econômico do país:

A nova lei [do Ensino Médio], segundo a CNI, cria opções de formação para os jovens na comparação com a estrutura anterior de ensino médio, que apresentava um grau de rigidez curricular ao ter um número excessivo de disciplinas e um viés quase que exclusivamente teórico. Com isso, o modelo anterior engessava a trajetória de aprendizado do aluno, criando uma desassociação entre a escola e o mercado de trabalho. Ao dar mais flexibilidade aos alunos, o novo modelo poderá prepará-los para uma maior interação com as novas tecnologias (CNI, 2018b, p. 15).

Na edição de setembro de 2018, a CNI convidou Christiane Berlinck, diretora de Recursos Humanos da IBM Brasil, para uma entrevista. Nesta entrevista, Berlinck abordou as mudanças que a tecnologia impôs no mercado de trabalho e as novas possibilidades de tarefas dentro deste campo, uma vez que atividades operacionais e repetitivas estão sendo feitas por máquinas abrindo espaço para o uso da criatividade e de tomada de decisão no mercado trabalho. Além disso, tratou do papel das universidades e da educação no país, reafirmando a posição da entidade sobre este tema, como podemos observar na passagem abaixo:

E qual o papel das universidades e da educação? Acredito que é necessário preparar os jovens, além de adequar o ensino para uma nova realidade, que é digital, tornando o conteúdo mais interessante e trazendo as disciplinas para perto dos estudantes. Acredito que as empresas devam investir em iniciativas para fomentar o aprendizado, especialmente na capacitação de futuros profissionais da área de novas tecnologias, para que cheguem ao mercado bem preparados para inovar e atender às demandas das empresas (BERLINCK, 2018, p. 24-25).

A eficácia deste novo modelo no ensino médio foi apontada pela CNI em várias edições. Na edição de novembro de 2019, a matéria de capa abordou o sucesso da aplicação

desta metodologia no SESI, garantindo maior aproximação do ensino com o mercado de trabalho e a inserção de novas tecnologias, consideradas fundamentais para a nova configuração do mercado de trabalho. Como afirmou Robson Braga de Andrade, em seu artigo escrito para a edição de julho de 2021:

Na era da economia do conhecimento, a educação formal precisa ser interdisciplinar e dinâmica, aproximando-se do mundo do trabalho, como está sendo feito com a adoção gradual do novo ensino médio no Brasil. A educação profissional deve, cada vez mais, se voltar para o futuro, aumentando as oportunidades dos alunos no exigente, mas fascinante, mercado de trabalho dos próximos anos. Qualificação é, agora e sempre, fundamental para o desenvolvimento pessoal e tecnológico. (ANDRADE, 2021a, p. 7)

O apoio da CNI a essa contrarreforma, que propunha a profissionalização do ensino médio e a construção de habilidades e competências voltadas para o mercado de trabalho, era mais um ponto que nos permite observar como a economia de mercado e a ideologia neoliberal influenciam a sociedade civil e como esta ideologia se faz presente no discurso dos industriais nacionais, representados pela entidade, e regem suas posições políticas.

3.1.3 Reforma Trabalhista

A Lei Nº 13.467, assinada, dia 13 de julho de 2017, pelo Presidente da República, em exercício no período, Michel Temer, ficou conhecida como Reforma Trabalhista. Esta lei provocou mudanças importantes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), responsável por regulamentar o trabalho e garantir os direitos dos trabalhadores no país desde 1º de maio de 1945, quando foi assinada por Getúlio Vargas, o então Presidente da República.

Essa reforma foi aprovada com o objetivo oficial de reduzir os “encargos” trabalhistas (como seguro-desemprego, FGTS), modernizar, simplificar e flexibilizar as leis para acompanhar as demandas da nova configuração do mercado de trabalho, aumentar a oferta de empregos, melhorar a produtividade, aumentar a segurança jurídica e melhorar o desempenho econômico do país sem a revogação e diminuição de direitos da classe trabalhadora.

A CNI apoiou e foi uma peça importante para a elaboração e aprovação desta reforma, como se pode observar nas capas e matérias de capa dedicadas a esse tema analisadas durante esta pesquisa. O discurso defendido pela entidade foi sempre pautado pelas ideias de que os direitos dos trabalhadores não serão retirados, as modificações se fazem necessárias para garantir e ampliar a oferta de empregos e o desenvolvimento econômico do país. Além disso, empregadores e empregados são concebidos como parceiros e, nesse sentido, os resultados da

reforma trabalhista foram vistos como benéficos para ambos. Como afirmou o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de 2016 a 2018, Ives Granda da Silva Martins Filho em entrevista concedida à CNI, os principais desafios do direito do trabalho seriam os seguintes:

Manter uma legislação antiga desatualizada, com interpretação rígida a favor do trabalhador e flexível para ampliar-lhe direitos. É preciso encontrar o ponto de equilíbrio que, na dicção do artigo 766 da CLT, assegure justos salários aos trabalhadores e justa retribuição às empresas. Qualquer fórmula que faça a balança da Justiça pender principalmente para um lado só acirrará o conflito social. E isso ninguém deseja pois, no meu modo de ver, empregados e empresários são parceiros num empreendimento comum, em que o sucesso de um é o sucesso do outro (MARTINS, 2016, p. 43).

As principais mudanças defendidas pela CNI na reforma das leis trabalhistas foram: o predomínio do negociado sobre o legislado nos acordos entre patrão e empregado; o fortalecimento da negociação coletiva para pontos como a maneira em que o empregado irá receber o 13º salário (parcelado ou em uma única vez); a regulamentação da terceirização; a divisão de férias em três períodos; e o aumento no tempo de contrato temporário. Na entrevista concedida à CNI pelo deputado e presidente da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, Daniel Vilela (PMDB-GO), ele afirmava que:

O centro da reforma trabalhista proposta pelo governo federal é o acordado sobre o legislado. Isso permite uma melhor adequação das demandas dos funcionários e empregadores, de acordo com a especificidade de cada empresa, profissão e exigência do mercado. Fortalece também a representatividade dos sindicatos e agiliza acordos, que não precisam mais passar, via de regra, pela Justiça. Isso vai desenrolar o emaranhado legal que rege as relações de trabalho e desafogar o Judiciário, além de reduzir os riscos de judicialização do que foi negociado. (VILELA, 2017, p. 19).

Na edição de agosto de 2017, no mês seguinte à aprovação da reforma trabalhista pelo governo de Michel Temer, a entidade comemorou o resultado e ressaltou que:

A reforma trabalhista, recentemente aprovada, garante “força de lei” aos instrumentos coletivos negociados de forma legítima, o que é fundamental para harmonizar as relações de trabalho e reduzir uma significativa fonte de conflito judicial. Embora a negociação coletiva seja uma realidade no Brasil, a anulação sistemática de acordos e convenções legitimamente negociados instaurou um quadro de grande insegurança jurídica, afastando investimentos e criando circunstâncias indesejáveis para o trabalho (CNI, 2017c, p. 30).

E divulgou, em formato de imagem, os pontos que são passíveis de negociação, e reafirmou que os direitos dos trabalhadores, já consolidados desde 1943, não serão suprimidos ou retirados.

Imagem 3 – Pontos que podem ou não entrar na negociação coletiva, segundo a Reforma Trabalhista de 2017:



Fonte: Revista Indústria Brasileira (CNI, 2017c, p. 31)

Para a entidade, apesar de o governo Temer ter conseguido aprovar alguns pontos essenciais para modernizar as leis do trabalho, se faziam necessárias a discussão e a aprovação de mais pontos. Na edição da Revista Indústria Brasileira de junho de 2018, na qual são abordados os temas dos 43 cadernos produzidos pela CNI para serem entregues aos candidatos à presidência da República, com ações para serem tomadas pelo futuro presidente para melhorar a produtividade e estimular o crescimento econômico, o tópico sobre as relações de trabalho aparece novamente. Em relação às leis trabalhistas, os pontos levantados pela entidade eram os seguintes: revisão dos critérios da base de cálculos para a contratação de aprendizes; números de aprendizes com deficiência seja considerado na reserva de vagas às pessoas com deficiência; diminuição proporcional de vagas destinadas a pessoas com deficiência, considerando o grau de risco do estabelecimento; e modificação da data de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do dia 7 para o dia 20 (CNI, 2018c).

Além desses pontos, na edição de dezembro de 2018, que tratava dos resultados de um estudo feito pela CNI que identificou 49 medidas simples que podem ser adotadas pelo poder

executivo para incrementar a atividade empresarial e a economia do país, as relações de trabalho foram novamente destacadas. Em relação à pauta da reforma trabalhista, a CNI defendia a revogação de algumas portarias, em especial as que definiam: os critérios para o Ministério do Trabalho aceitar as negociações coletivas sobre a redução de intervalo intrajornada; a portaria sobre ponto eletrônico; e a prorrogação de jornada em atividades insalubres.

Na edição de abril de 2019, a entidade ao falar sobre a Agenda Legislativa da Indústria de 2019, documento no qual a CNI explicitou suas prioridades legislativas para o ano, as relações de trabalho, a modernização das relações trabalhistas e os novos pontos a serem acrescentados à reforma trabalhista foram apresentados:

Quatro projetos da área trabalhista integram a Agenda Legislativa da Indústria. Um deles, em discussão no Senado, dispõe sobre trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior. Para a CNI, a proposta moderniza a legislação da expatriação de trabalhadores, adequando-a à prática mundial nas relações de trabalho e à nova realidade da mobilidade global de pessoas, estabelecendo a aplicação da lei do país da prestação de serviço, já adotado pelo Brasil aos trabalhadores estrangeiros que aqui prestam serviços. [...]. Outro projeto, em discussão na Câmara dos Deputados, determina que caberá dupla visita para promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho em qualquer caso. No Senado, outro projeto estabelece regras para criação, atualização e revisão de normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, prevendo que as normas regulamentadoras sejam embasadas em dados estatísticos e análises técnicas. O quarto projeto define a competência privativa do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, para realizar embargo de obra ou interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento (CNI, 2019b, p. 14).

Como apontado, apesar de contar com o apoio da Confederação Nacional da Indústria e sua aprovação ser celebrada pela entidade, a reforma trabalhista está ainda longe de ser o ideal buscado e defendido pelos industriais, fazendo com que esta pauta seja recorrente e de grande importância para a compreensão de como esta fração de classe compreende o trabalho e suas relações.

3.1.4 Reforma da Previdência Social

A Emenda Constitucional N° 103 assinada, dia 12 de Novembro de 2019, por Jair Messias Bolsonaro, presidente do país na ocasião, é conhecida como Reforma da Previdência Social. Esta reforma visava modificar as diretrizes do sistema de pagamento de aposentadoria e pensões no país. Os panoramas de discussão desta reforma, que serão retratados nesta pesquisa, são apresentados nas edições da revista dos anos de 2016 a 2019.

No Artigo do Presidente da edição de junho de 2016, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade (2016c, p. 6-7), salientou que o objetivo desta reforma era o de equilibrar as contas públicas, superar a crise econômica, aumentar empregos e investimentos, diminuir a insegurança fiscal e garantir o avanço econômico.

Na edição de fevereiro de 2017, a entidade reafirmou a importância da aprovação desta reforma:

Para a CNI, adiar o ajuste nas regras previdenciárias significa privilegiar a geração atual de trabalhadores em detrimento daqueles que ainda entrarão no mercado de trabalho, aumentando o custo suportado pela futura geração. As projeções indicam que os critérios atuais para concessão, cálculo e reajuste dos benefícios não são atuarialmente equilibrados e estão desatualizados em termos de expectativa de vida da população brasileira (CNI, 2017a, p. 31).

Na edição de abril do mesmo ano, a CNI (2017c, p. 35) indicaria quatro premissas fundamentais para guiar as discussões sobre a previdência: a) adotar a idade mínima para aposentar por tempo contribuído ao INSS; b) equiparar esta idade entre homens, mulheres; c) equiparar as idades entre trabalhadores rurais e professores com as demais funções; e d) desvincular o valor recebido pela aposentadoria do salário mínimo.

Para reafirmar sua posição de apoio à aprovação da reforma da previdência, a CNI apresentou, na edição de julho de 2019, uma entrevista com José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos. Nesta entrevista, Camargo abordou a importância e os pontos positivos da aprovação dessa reforma para a economia do país.

Quais as consequências dessa votação para o país? A consequência da reforma da Previdência é a reversão da trajetória de deterioração fiscal e, consequentemente, a diminuição das incertezas quanto à probabilidade de insolvência do setor público brasileiro. Isso significa aumentar as expectativas em relação à sustentabilidade do teto e, portanto, ter taxas de juros mais baixas, atrair mais investimentos e retomar uma trajetória de crescimento ainda em 2019. No quarto trimestre deste ano, podemos crescer em relação ao terceiro, algo em torno de 2% anualizados porque se vai retomar a confiança no país. Esse é um ponto fundamental. A aprovação da reforma significa sair da beirada do precipício, ou seja, voltar a nadar na planície. (CAMARGO, 2019, p. 23)

Ainda na edição de julho de 2019, na matéria de capa “A reforma precisa sair”, a CNI apontava para a necessidade urgente de se aprovar a Reforma da Previdência e os principais pontos do projeto de lei, concluindo que isso seria uma parte importante para a retomada do crescimento e estabilidade econômica do país:

Os principais pontos do texto aprovado na comissão especial preveem uma idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores urbanos, de 62 anos para mulheres e de 65 anos para os homens, com regras de transição para quem está próximo de se

aposentar nos próximos dois anos. A idade mínima dos trabalhadores rurais foi mantida em 55 anos para as mulheres e 60 para os homens. Nos dois casos, o tempo de contribuição mínima será de 20 anos para os homens e de 15 para as mulheres. O projeto ainda passará por uma nova votação na Câmara dos Deputados antes de ser enviado para discussão no Senado Federal. A proposta prevê, ainda, que os professores poderão se aposentar aos 57 anos (se mulheres) ou 60 anos (se homens), com tempo de contribuição de 25 e 30 anos, respectivamente. Na votação dos destaques, foram aprovadas regras que permitem a profissionais da área de segurança pública federal da ativa se aposentarem aos 53 anos (se homens) ou 52 anos (se mulheres), beneficiando, entre outros, delegados da Polícia Federal. Outra emenda aprovada permitiu aos professores da ativa se aposentarem três anos antes do previsto na proposta aprovada na comissão especial. Pelo texto aprovado, que ainda poderá ser alterado no Senado, as novas regras não valerão para os servidores estaduais e municipais com regime próprio de Previdência. Também ficará de fora a proposta de criar um regime de capitalização e a desconstitucionalização de regras previdenciárias, o que facilitaria novas mudanças no futuro. (CNI, 2019c, p. 10)

Porém, como afirma na revista, mesmo aprovada esta reforma, ainda será necessária e urgente uma discussão com a população para mostrar a relevância de um novo modelo previdenciário para o país, mesmo sendo a maioria da população mais consciente e concordando que a aprovação de novas regras previdenciárias seja necessária e urgente. Na reportagem, a CNI também criticou a retirada do programa de capitalização e dos servidores de estados e municípios do texto da nova reforma. Além disso, afirmou que as mudanças estruturais no país não poderiam parar na reforma da previdência, tendo em vista a necessidade de aprovação das reformas tributária e política.

3.2 Contrarreformas não-aprovadas

3.2.1 Reforma Tributária

Para progredir com as mudanças já realizadas no país, para a CNI, era necessária uma mudança de ordem tributária no país. Esta contrarreforma, conhecida como reforma tributária, compõe o tripé de mudanças estruturais defendidas pela CNI, juntamente com a reforma trabalhista e a previdenciária. Em seu artigo do presidente da edição de outubro de 2016, Robson Braga de Andrade abordava a importância da aprovação da PEC-241 e também apontava medidas urgentes a serem tomadas. “Precisamos urgentemente, aprovar as reformas previdenciária, trabalhista, tributária e política. A CNI vem apresentando diversas propostas para impulsionar a economia” (ANDRADE, 2016b, p. 7).

Na edição de fevereiro de 2017, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB –PR), um dos deputados (segundo a CNI) mais atuantes na área econômica, foi convidado a conceder uma entrevista para a CNI. Ele afirmou durante a entrevista que “o governo Temer adotou algumas

medidas, mas ainda insuficientes para tirar o país do retrocesso e da inércia. Essas propostas, embora insuficientes, são bem-vindas porque sinalizam uma busca por melhoria da gestão da economia brasileira” (HAULY, 2017, p. 26), e mais adiante na entrevista afirmou que o Congresso irá melhorar essas medidas, inclusive com a aprovação de reformas estruturantes como a da previdência, trabalhista, administrativa, fiscal e a reforma que para ele era considerada a principal: a tributária:

Primeiro, uma simplificação radical a partir da tributação sobre a base de consumo. Teríamos apenas dois impostos, um seletivo monofásico e outro sobre o valor agregado, como os dois tributos clássicos europeus. Esses dois congregariam toda a tributação sobre a base de consumo que hoje está poluída. A União ficaria com o imposto seletivo e os estados com o imposto de valor agregado, com uma lei única e uma cobrança no destino. Seria uma verdadeira revolução da tributação sobre o consumo e acabaria com a guerra fiscal. Poderíamos desonerar os alimentos e medicamentos, por exemplo. Se não der para zerar, ao menos teríamos a alíquota mais próxima de zero (HAULY, 2017, p. 27).

Já na edição de fevereiro de 2018, o tema central foi a reforma tributária. Com o título “É Preciso Avançar na Reforma Tributária”, a revista buscava discutir esta reforma e seus pontos essenciais como: simplificação, menos burocracia, não tributação de exportações e investimentos. No Artigo do Presidente, “A Próxima Reforma”, Robson Braga de Andrade afirmava que o sistema de tributos do país é complexo, disfuncional e caro, o que acabava prejudicando os negócios e a economia:

A ideia básica é simplificar procedimentos e diminuir os custos relacionados ao pagamento dos tributos, que são altíssimos no Brasil. A complicada legislação demanda o esforço de equipes numerosas nas companhias médias e de grande porte para tentar compreendê-la e recolher os impostos de modo apropriado. Mesmo as microempresas necessitam do auxílio de contadores experientes. Sem ajuda técnica especializada, é impossível dar conta da tarefa. (ANDRADE, 2018e, p. 6).

Ainda na edição de fevereiro de 2018, a CNI convidou novamente o deputado Luiz Carlos Hauly (PSBD-PR), relator da reforma tributária dentro da Câmara dos Deputados, que acreditava que a reforma poderia ser votada até julho de 2018 e que as mudanças propostas iriam simplificar o sistema tributário e reduzir a burocracia.

Quais são os principais pontos da proposta de reforma tributária? O primeiro ponto é a redução do custo de produção. O segundo é a redução de custo do capital aplicado. O terceiro é a redução do custo dos encargos da folha de pagamento. E o quarto ponto é a redução do preço dos insumos básicos, como comida, remédios e bens do ativo fixo, como máquinas e equipamentos. (HAULY, 2018, p. 22)

Na edição de outubro de 2019, a CNI abordou as discussões sobre as diferentes propostas que tramitam no Congresso Nacional sobre a reforma tributária. A entidade elaborou duas figuras para destacar os pontos principais e essenciais de cada projeto apresentado.

Imagem 4 – Quadro com as principais propostas da reforma tributária da Câmara dos Deputados:

As propostas de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional

PEC 45/2019
(Câmara dos Deputados)
O que propõe

Extinguir cinco tributos:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - federal;
- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) - federal;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) federal;
- Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) - estadual; e
- Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) - municipal.

• Criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS):

A base de cálculo será uniforme em todo o país, mas os entes federativos terão autonomia para fixar as alíquotas, que serão aplicadas a todas as operações. Como cada ente terá uma alíquota, a alíquota final do IBS será a soma das alíquotas federal, estadual e municipal. A proposta também prevê a criação de um imposto seletivo federal, para incidir sobre bens e serviços específicos cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2019d, p. 16).

Imagem 5 – Quadro com as principais propostas da reforma tributária do Senado Federal:

PEC 110/2019 (SENADO)
O que propõe

Extinguir nove tributos:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - federal;
- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) - federal;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - federal;
- Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) - estadual;
- Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) - municipal;
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - federal;
- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep) - federal;
- Salário-Educação (contribuição social destinada ao financiamento de programas) - federal; e
- Cide-Combustíveis (contribuição social destinada a investimentos em infraestrutura de transporte) - federal.

Criar um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS); Criar um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal, que incidirá sobre itens como petróleo e derivados, combustíveis e lubrificantes, cigarros, energia elétrica e serviços de telecomunicações; Extinguir a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tributo pago por toda pessoa jurídica. Esse tributo será incorporado pelo Imposto de Renda, que passa a ter alíquotas ampliadas.

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2019d, p. 17).

Mesmo concordando que as ações políticas por parte das autoridades, nos anos de 2020 e 2021, deveriam ser voltadas ao combate da disseminação do novo coronavírus (ainda que isso não tenha acontecido durante o governo Bolsonaro, que a negligenciou e minimizou)

para a CNI, as aprovações das reformas estruturais, sendo a reforma tributária a mais urgente, não poderiam parar, pois elas são alicerces fundamentais para a superação da crise econômica, que se iniciou em 2015 e se agravou devido à pandemia.

A entrevista com Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da comissão mista da reforma tributária, reafirmou esta posição da entidade. O deputado sustentou que a complexidade do sistema tributário prejudica a produção do país e que a grave recessão gerada pela pandemia e os prejuízos causados pelo atual sistema tributário uniram governo (federal, estadual e municipal) e empresários favoráveis a mudanças nos impostos.

Que fatores levam o senhor a ser tão otimista apesar deste cenário externo complicado? Internamente nós já tínhamos uma consciência coletiva da necessidade de reformar o sistema tributário que é tão complexo, cumulativo e que impacta negativamente o setor produtivo e que cria, sem dúvida nenhuma, um aumento do Custo Brasil, fazendo com que o nosso país perca competitividade. Por essa razão, viabilizou um cenário em que os próprios entes federados (União, estados e municípios) e o setor produtivo de maneira geral, inclusive a própria indústria que foi afetada no país durante os últimos anos por falta de uma política clara, concordam com a necessidade de se aprovar a reforma tributária (RIBEIRO, 2020, p. 22-23).

Esta discussão da reforma tributária se estendeu até 2021. Na edição de março de 2022, que tinha como título da capa “Reforma tributária: última chamada”, a CNI destaca o contexto favorável à aprovação de novas regras sobre os impostos e também a Agenda Legislativa da Indústria 2022. No artigo do presidente, “Uma agenda essencial para o Brasil”, Robson Braga de Andrade afirmava que passado a turbulência da pandemia, a guerra na Ucrânia também mexeu com a economia de todo o planeta. Além da grave crise humanitária e a instabilidade causada pela guerra, escassez no fornecimento de produtos (como exemplo de gás natural e petróleo), os diversos embargos comerciais feitos à Rússia, aumento da inflação, provocaram uma nova onda de desorganização no processo produtivo. Com este cenário, Andrade concebia como pontos-chave para o ano de 2022: a Agenda Legislativa da Indústria e a boa vontade dos deputados e senadores em aprovar medidas (como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019), consideradas necessárias para o Brasil passar por mais uma turbulência.

Na Agenda deste ano, apresentamos a posição da indústria brasileira sobre 151 proposições que aguardam a deliberação do Congresso. Entre elas, destacamos 12 que são prioritárias e fazem parte da pauta mínima do setor industrial para 2022. A reforma mais importante é a que muda a tributação sobre o consumo. [...]. Outra ação fundamental será a reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) para que as empresas, afetadas pelos efeitos da pandemia, se mantenham em dia com as obrigações fiscais. É igualmente necessária a aprovação

do projeto que trata da tributação de lucros auferidos no exterior por pessoas jurídicas residentes no Brasil. (ANDRADE, 2022a, p. 7)

A Agenda Legislativa da Indústria para 2022, pauta da matéria de capa de março de 2022, é um documento em que a entidade aborda ações imprescindíveis para a economia brasileira, e suas principais metas para o ano. Neste documento a reforma tributária (PEC-110 no Senado e PEC-45 na Câmara) que tem como base tributação sobre o consumo, tributação sobre de lucros vindos do exterior por pessoas jurídicas que moram no Brasil, regularização tributária, tributação em bases universais, prorrogação de incentivos ao imposto de renda de pessoa jurídica, reinvestimentos na Sudam e Sudene, devolução de tributos para pessoas de baixa renda. Tal medida era considerada de extrema importância para a redução dos custos da produção, atrair mais investimentos, reduzir burocracias e valores do tributo, ajudando a reduzir os danos causados pela crise econômica decorrente da pandemia e auxiliando no crescimento econômico do país.

3.2.2 Reforma Administrativa

A discussão sobre uma mudança na estrutura estatal do país, dentro da conjuntura de 2016 a 2018, ganhou mais ênfase no ano de 2018. Este ano foi ano eleitoral, ou seja, aconteceram eleições dos representantes da população nas esferas estaduais e federais, terminando com a vitória de Jair Bolsonaro, que carregou durante toda sua campanha um discurso contrarreformista, baseado no neoliberalismo, em relação à estrutura estatal.

Como afirma Robson Braga de Andrade (2020a, p. 6), em seu artigo do presidente da edição de agosto de 2020, a redução do número de servidores públicos, restrição de concursos, reajuste salarial dos servidores, perda da garantia da estabilidade do emprego eram considerados como os pontos principais e que não deveriam ser deixados de lado durante a discussão desta reforma, pois tornariam o Estado mais eficiente, propiciando a melhora dos serviços prestados e a redução dos custos para a população.

Com a finalidade de estabilizar as contas públicas e acelerar a economia, Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional, afirmava o seguinte em sua entrevista na edição de outubro de 2018.

O que precisa ser feito para estabilizar essa conta? Para estabilizar temos de mexer em duas contas: a despesa com pessoal da ativa e a despesa com Previdência Social, tanto no Regime Geral de Previdência Social quanto no regime próprio do setor público. Precisamos ter um debate rápido e sério sobre a reforma da

Previdência Social e sobre as despesas com pessoal porque a última vez que o setor público fez uma reforma administrativa foi na segunda metade dos anos 1990. Depois foram criadas algumas carreiras em que o pessoal que entra no início vai chegar ao topo com 35 anos, que é muito cedo. O salário de entrada do servidor público ficou muito alto. Em alguns casos, ele chega a ser o dobro do equivalente ao pago no setor privado. Precisa de uma reforma administrativa até mesmo para incentivar o progresso ao longo dos anos na carreira do setor público. Resumindo: é preciso um ajuste fiscal pesado, que não pode ocorrer pelo lado da receita, e uma reforma administrativa que envolva a redução do gasto com pessoal e a reforma da Previdência (ALMEIDA, 2018, p. 22-23).

Apesar de não aparecer de maneira tão forte como as outras reformas, a análise da posição e discussão da CNI acerca dessa reforma é importante, pois aponta o direcionamento desta entidade para a defesa do programa neoliberal e de suas políticas de diminuição do Estado e retirada de direitos da classe trabalhadora.

4 QUESTÃO AMBIENTAL, PRIVATISMO REGULATÓRIO E PANDEMIA

Neste tópico, analisaremos as demais pautas que não ganharam centralidade nas discussões como as contrarreformas já discutidas e que estão vinculadas aos seguintes temas: meio ambiente, normas de regulamentação e licenciamento de diversos setores (como petróleo, gás, energia) e pandemia de COVID-19. É de se pensar que, para a burguesia industrial brasileira, estes outros temas têm uma relevância e peso menores em suas decisões e posição política neoliberal.

4.1 Meio Ambiente

Na conjuntura de 2016 a 2022, a pauta ambiental não foi uma pauta tão marcante e recorrente na Revista da Indústria Brasileira, se comparada às menções às contrarreformas neoliberais. Dentre as 72 edições publicadas e analisadas dentro do período, apenas cinco, ou seja, 6,9% do total de revistas, contaram como assunto principal temas relacionados ao meio ambiente: as edições de junho de 2021, outubro de 2021 e 2022 e novembro de 2020 e 2021.

Na edição de agosto de 2016, por exemplo, a pauta ambiental aparece de maneira pontual na discussão de um novo marco regulatório, que segundo a entidade se tornaria necessário visando facilitar e modernizar as regras relacionadas ao meio ambiente, e respeitando-o com a finalidade de reduzir a insegurança jurídica e atrair novos investidores com vistas à retomada do crescimento econômico brasileiro. Segundo a CNI (2016d, p. 9-15), na edição de agosto de 2016, o processo do licenciamento ambiental seria composto por três etapas. A primeira é a Licença Prévia (LP) que deve ser solicitada ao IBAMA quando se planeja implementar, alterar ou ampliar instalações do empreendimento. A segunda é a Licença de Instalação (LI) que visa autorizar o início das obras ou implementação do empreendimento. E a terceira é a Licença de Operação (LO) solicitada antes de o empreendimento funcionar, pois é a licença que autoriza suas operações.

Outra discussão relacionada ao meio ambiente é a bioeconomia, questão levantada na edição de novembro de 2020. A capa desta edição, “Uma revolução verde”, apresentava a bioeconomia e os negócios pautados em recursos renováveis e sistemas mais eficientes. No artigo do presidente, “Brasil pode liderar bioeconomia no mundo”, Robson Braga de Andrade falou sobre a área da bioeconomia e seu potencial, como ela poderia movimentar a economia

do país devido à grande procura de maneiras de frear as mudanças climáticas que estão em curso no planeta, além de tratar da aprovação do marco regulatório da biodiversidade:

Esse modelo de produção se vale da ciência e da tecnologia para desenvolver produtos inovadores, como alimentos, remédios, cosméticos, biocombustíveis e tantos outros, a partir das propriedades de plantas, animais, microrganismos e demais recursos biológicos. Um dos países com maior biodiversidade do planeta – sobretudo por abranger a maior parte do bioma amazônico, ter grande quantidade de terras férteis, água abundante e alta incidência solar –, o Brasil é considerado por especialistas como o país com maior potencial para liderar, mundialmente, o mercado da bioeconomia. A aprovação, pelo Congresso Nacional, do marco regulatório da biodiversidade, que definiu regras para o acesso e o uso do patrimônio genético, foi um passo muito importante nessa direção. É fundamental que, agora, seja construída uma política nacional, com objetivos claros, com instrumentos adequados ao alcance das metas e com regras estáveis, que criem um ambiente seguro para investidores que desejem aportar recursos nessa área. (ANDRADE, 2020b, p. 6-7)

Na matéria da capa desta mesma edição, “Por dentro da bioeconomia”, a CNI abordou o funcionamento dos modelos de negócios na área de bioeconomia: “Duas características diferenciam as empresas desse segmento de outros setores. A primeira é o uso da biotecnologia, com conhecimentos científicos de ponta que geram produtividade. A segunda é o uso de uma matriz sustentável a longo prazo, com recursos renováveis e limpos e, sempre que possível, em parceria com comunidades locais”. (CNI, 2020a, p. 10)

Já na capa da edição de junho de 2021, “As novas vias do licenciamento ambiental”, a CNI destacou e comemorou a aprovação de um novo licenciamento ambiental, depois de 17 anos, e as consequências dessa aprovação para os investimentos no país. No artigo do presidente, “Modernizar o licenciamento ambiental é imprescindível”, Robson Braga de Andrade mencionou as regras novas para o licenciamento ambiental, indicando suas implicações para a redução da insegurança jurídica do país e atração mais investimentos:

O licenciamento é o instrumento pelo qual empreendimentos são autorizados com a observância das regras de proteção do meio ambiente. No Brasil, país cuja riqueza natural é tão grande quanto as carências básicas de quem luta, todos os dias, para sobreviver ao desemprego e à pobreza, as regras acabaram atrapalhando demasiadamente a atividade econômica. A lei que estabeleceu o licenciamento trouxe uma série de exigências que em nada salvaguardam os recursos naturais, mas que impõem um peso desproporcional a quem quer investir na produção. A revisão da lei do licenciamento, tornando as normas mais condizentes com a necessidade do país de garantir investimentos nas indústrias e na infraestrutura, é, portanto, imprescindível. Essa atualização, que está sendo levada adiante pelo Congresso Nacional, dará mais agilidade e eficiência ao processo de solicitar e obter as licenças, diminuindo a burocracia que, hoje, é excessiva e chega mesmo a inviabilizar alguns empreendimentos. (ANDRADE, 2021b, p. 6-7)

Na matéria de capa, “As aguardadas novas regras para licenças ambientais”, desta mesma edição, a CNI discorreu sobre a aprovação de novas leis que uniformizavam o licenciamento ambiental no país e poderiam, segundo a entidade, melhorar a insegurança jurídica e trazer mais investimentos.

Imagem 6 – Processo de aprovação do novo licenciamento ambiental (1):



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021a, p. 17).

Imagem 6 – Processo de aprovação do novo licenciamento ambiental (2):



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021a, p. 18).

Outra discussão feita pela CNI que, de acordo com a entidade, visava melhorar a produção e conciliar com a preservação do meio ambiente e reduzir os impactos da mudança climática no planeta, foi a economia de carbono, discutida na edição de outubro de 2021. Na capa desta edição, “O novo tempo dos negócios”, a CNI destacou os debates sobre a COP26 e as medidas defendidas pela indústria como transição energética, conservação florestal, economia circular e adoção do mercado de carbono. No artigo do presidente, “Brasil pode liderar a economia de baixo carbono”, Robson Braga de Andrade abordou a COP-26, conferência realizada pelas ONU para discutir e apontar ações que devem ser tomadas pelos países a fim de frear o aquecimento global e reduzir os impactos ambientais da produção. O presidente da CNI salientou algumas ações tomadas pelas industriais para contribuir com a preservação ambiental, como: a diminuição da emissão de gases poluentes, a utilização de energia renovável, a utilização consciente e a reciclagem de materiais (ANDRADE, 2021c, p. 6-7).

A edição de outubro de 2022 era uma edição especial, na qual a CNI fez um resumo de suas perspectivas e ações relacionadas ao meio ambiente, algo como se juntasse as edições anteriores dentro de uma só. Nesta edição especial, que contou com o título da capa “Brasil mostra como promover uma indústria verde”, a CNI destacava casos de sucesso no país que unem transição energética, incentivo ao mercado de carbono, estímulo e economia circular e conservação de florestas.

4.2 Marcos Regulatórios

Os marcos regulatórios, segundo o Ministério de Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional, são normas que direcionam e especificam as atividades de modo não intervencionista. Os marcos regulatórios mencionados nas diversas edições da revista, de maneira diluída dentro das matérias como exemplo das edições na qual é discutido o Mapa da Indústria, apoiados pela CNI, seja para uma revisão, modificação ou criação, são os referentes: ao meio ambiente através do novo licenciamento ambiental (já discutido na parte das questões ambientais), à terceirização (discutido na parte da reforma trabalhista), ao óleo e gás, ao pré-sal, às telecomunicações, à concessão de infraestruturas logísticas, à energia elétrica, ap saneamento básico, à biodiversidade (discutido na parte das questões ambientais) e ao 5G.

Estes marcos regulatórios seguem a lógica neoliberal da não-intervenção do Estado na economia, porém, com regras que tiram o peso dos insucessos e prejuízos dos investimentos e empreendimentos do setor privado e os transferem para o Estado, configurando o que poderíamos chamar de privatismo regulatório, que ao mesmo tempo em que se tem uma regulação que protege o setor privado de arcar financeiramente e socialmente com os problemas causados, transfere essa responsabilidade ao setor estatal. Por exemplo, com o novo marco regulatório do pré-sal que derrubou a exclusividade e obrigatoriedade da exploração do pré-sal brasileiro pela Petrobrás, consequentemente abrindo ao setor privado e internacional e diminuindo a intervenção do Estado na economia.

4.3 Pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve impacto humano, social e econômico em todo o planeta. Dentro deste contexto, a CNI adotou uma postura em defesa do distanciamento social, da utilização de máscaras e álcool, da vacinação da população e da adaptação do processo produtivo para atender as necessidades da população em meio à crise sanitária e econômica, com a abertura gradual e segura do comércio, indústrias e outras atividades consideradas não essenciais (como bares, restaurantes e boates).

Como apontado na edição de maio de 2020, a capa desta edição, “SESI e SENAI ajudam o Brasil no combate à pandemia”, destaca o papel destas entidades na contenção da COVID-19. Já na matéria de capa, “Sistema Indústria em operação de guerra”, especialistas, empresários e dirigentes contam como o SESI e o SENAI têm ajudado no combate ao coronavírus:

Produção de máscaras cirúrgicas e de uso comum, fabricação de vestimentas hospitalares, manutenção de respiradores, produção de álcool antisséptico e apoio às empresas que mudaram sua linha de produção para atender às demandas provocadas pela pandemia da Covid-19. Essas são algumas das ações desenvolvidas pelo setor industrial, desde março, como parte do esforço liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Social da Indústria (SESI) na luta contra o novo coronavírus (CNI, 2020b, p. 9).

Na matéria também de capa, “Os primeiros passos da reabertura”, destaca-se o relaxamento das regras de quarentena dos governos europeus para que o setor produtivo volte suas atividades com segurança para todas as pessoas, garantindo a reabertura de pequenas lojas, atividades industriais e aulas presenciais na Alemanha: “Diversos países começaram a

relaxar, em abril, as medidas de isolamento social adotadas para impedir a propagação do novo coronavírus. Essa reabertura, feita de maneira parcial, vem acompanhada de algumas restrições e de medidas preventivas de proteção, como uso de máscaras e maior distanciamento entre as pessoas nos meios de transporte público e nos locais de trabalho” (CNI, 2020b, p. 15).

Ainda a matéria de capa, agora com título “Indústria sugere novas medidas anticrise”, discorre sobre 30 novas propostas elaboradas pela CNI, em parceria com as entidades estaduais e associações setoriais, para garantir o fluxo de caixa das empresas, que sofre com a ausência de receitas e a retirada de créditos, e superar os desafios da pandemia de COVID-19:

Entre as 30 novas propostas, 23 são voltadas para a sobrevivência de empresas e a manutenção de empregos nessa fase aguda da crise provocada pela pandemia. Acesso ao crédito é o foco de 11 das 30 medidas apresentadas. Também foram sugeridas ações relacionadas à tributação, à infraestrutura, à regulação e ao comércio exterior, todas com o objetivo de contribuir para que as empresas permaneçam ativas durante o período mais agudo do distanciamento social e da queda na atividade econômica. [...]. Entre as novas medidas propostas pela CNI está a criação de uma linha de financiamento emergencial para médias e pequenas empresas com um teto de taxa de juros, carência durante o período de calamidade pública e maior prazo de pagamento. [...]. A CNI também sugeriu que fossem ampliados os índices de cobertura da carteira do agente financeiro (stop loss) do BNDES FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) e do Fundo Garantidor de Operações, do Banco do Brasil. Em 18 de março, a CNI já havia enviado ao governo outro conjunto de propostas para o enfrentamento e a superação da crise econômica decorrente da pandemia. Dentre todas as 66 medidas sugeridas até aqui, 37 foram implementadas, 9 foram implementadas parcialmente e 20 ainda estão em avaliação (CNI, 2020b, p. 19-21).

Contudo, dentro desse contexto, a principal preocupação da entidade está relacionada às empresas, seu fluxo de caixa e medidas coordenadas pelo Estado para ajudá-las a não decretar falência e manter seu capital de giro funcionando enquanto a pandemia não arrefecesse e para quando a crise econômica passasse e a economia se aquecesse novamente, estas empresas continuassem produzindo.

Como abordado no artigo do presidente, da edição de março de 2020, “Acelerar reformas é crucial para o Brasil crescer”, Robson Braga de Andrade (2020, p. 6 e 7) aponta a pandemia provocada pelo coronavírus com efeitos devastadores. Como os funcionários da saúde já estão cuidando dos infectados para preservar a vida das pessoas, o governo deve tomar medidas econômicas para minimizar os efeitos econômicos catastróficos deixados pela pandemia. O isolamento social da população reduziu o consumo, afetando as cadeias de produção de uma maneira profunda, e já é esperado um período de recessão econômica. Entretanto, segundo o presidente, esta crise não deve paralisar e o Estado e a sociedade devem

trabalhar em conjunto para reduzir os impactos da pandemia sobre as empresas e o emprego no Brasil: “Em paralelo às ações emergenciais, é necessário acelerar as reformas estruturais e atuar sobre os problemas que aumentam os custos de produção e diminuem a capacidade da indústria brasileira de competir com os principais parceiros comerciais” (ANDRADE, 2020c, p. 7), sendo a reforma tributária, a principal delas neste momento.

Entretanto, a principal observação é que apresenta a maior relevância para este estudo é o pouco distanciamento do posicionamento da CNI em relação ao governo vigente na época ao modo de condução da pandemia. Com falas descoladas do campo científico, negacionista em relação à existência e gravidade da pandemia, à eficácia das vacinas, estimulando inclusive a não-vacinação, o governo Bolsonaro conduziu a crise sanitária no país de forma completamente irresponsável e, como consequência, gerou esta relação de distanciamento nas posições adotadas por ambos durante este período.

CONCLUSÃO

Historicamente, a CNI tem se vinculado à indústria de transformação e se comportado politicamente como representante dos interesses da grande burguesia interna, interesses que são ambivalentes, pois ao mesmo tempo que os industriais dependem do capital estrangeiro para produzir, eles precisam se proteger deste mesmo capital para continuarem a existir. Disso resulta seu comportamento instável e pendular, ora pendendo para a defesa de políticas contracionistas orientadas pelo liberalismo econômico em momentos de crise econômica, ora pendendo para políticas expansionistas orientadas pelo desenvolvimentismo em momentos de estabilidade ou bonança econômica.

Em linhas gerais, as políticas neodesenvolvimentistas, implementadas nos governos de Lula e Dilma, não romperam com o modelo capitalista neoliberal periférico, modelo que está associado a um tipo de desenvolvimento voltado para o mercado externo, mas procuraram estimular o crescimento do mercado interno, ampliar o intervencionismo estatal e fortalecer politicamente os interesses da grande burguesia interna diante do capital financeiro internacional. Já as políticas neoliberais ortodoxas, implementadas pelos governos Temer e Bolsonaro, visavam aprofundar as bases constitutivas do modelo neoliberal periférico, restringindo significativamente o mercado interno, reduzindo o papel intervencionista do Estado na economia e aprofundando os laços de dependência da burguesia local em relação aos interesses do capital estrangeiro.

O período considerado por esta pesquisa, 2016-2022, consuma um distanciamento da CNI e de sua base de representação de classe (a grande burguesia industrial interna) em relação às políticas neodesenvolvimentistas e aos governos petistas e, ao mesmo tempo, uma aproximação da entidade em relação ao programa neoliberal ortodoxo e aos governos Temer e Bolsonaro.

Se a adesão da CNI às políticas desenvolvimentistas dos governos do PT foi analisada por outras pesquisas, como a de Boito Jr. (2018) e de Spinace (2019), o nosso estudo focou no deslocamento do posicionamento da entidade em relação ao neoliberalismo. Por meio da análise de documentos, pronunciamentos na imprensa e publicações da Revista Indústria Brasileira e levando em consideração alguns acontecimentos conjunturais relevantes, tais como: o golpe jurídico-parlamentar aplicado contra Dilma Rousseff, as políticas e as contrarreformas neoliberais governo de Michel Temer, as eleições presidenciais de 2018, as

políticas e as contrarreformas neoliberais do governo Bolsonaro, a pandemia de Covid-19 e as eleições presidenciais de 2022, pudemos observar como a CNI atuou ativamente para respaldar, ainda que tardiamente, o impeachment de Dilma Rousseff, as políticas executadas pelos governos Temer e Bolsonaro, a aprovação da PEC dos Gastos Públicos, as contrarreformas trabalhista, do ensino médio e previdenciária, as propostas em discussão de reforma tributária e administrativa, além de uma série de outras pautas que reforçam a lógica do privatismo regulatório e são orientadas pela ideologia neoliberal.

Ao finalizar esse trabalho de conclusão de curso de graduação, reconheço que uma série de questões não foram tratadas a contento e poderiam ser aprofundadas em futuras pesquisas por nós realizadas, especialmente no âmbito do mestrado. A conjuntura da eleição de Lula em 2022 parece estar descortinando um novo cenário para a CNI, tendo em vista que o terceiro mandato de Lula tem buscado reativar a política neodesenvolvimentista em algumas de suas iniciativas. Novamente, observamos o movimento pendular em funcionamento e uma aproximação da CNI com as políticas editadas pelo novo governo, aspecto que parece validar alguns dos argumentos que procuramos desenvolver ao longo deste trabalho.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Mansueto. Ajuste fiscal gradual mas necessário. Revista Indústria Brasileira, Ano 3, nº 27, p. 22-23, Outubro 2018. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-3-no-27-outubro2018%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Hora de recomeçar. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 2, p. 6-7, Maio 2016a. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-12-maio2017%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Não é hora de descansar. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 14, p. 6-7, Julho 2017. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-14-julho2017%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Uma instituição que orgulha o país. Revista Indústria Brasileira, Ano 3, nº 25, p. 6-7, Agosto 2018a. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-3-no-25-agosto2018%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Retomada difícil, mas possível. Revista Indústria Brasileira. Ano 5, nº 47, p. 6-7, Agosto 2020a. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-5-no-47-agosto2020%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Uma realidade exigente, mas fascinante. Revista Indústria Brasileira. Ano 6, nº 57, Julho 2021a. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-6-no-57-julho2021%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Uma agenda essencial para o Brasil. Revista Indústria Brasileira. Ano 7, nº 64, Março 2022. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-7-no-64-marco2022%20>. Acesso: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Uma medida imprescindível. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 7, p. 6-7, Outubro 2016b. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-7-outubro2016%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Insegurança jurídica mina a competitividade da economia brasileira. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 22, p. 6-7, Maio 2018b. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-22-maio2018%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Brasil pode liderar bioeconomia no mundo. Revista Indústria Brasileira. Ano 5, nº 50, p. 6-7, Novembro 2020b. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-5-no-50-novembro2020%20>. Acesso em: 10. mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Modernizar o licenciamento ambiental é imprescindível. Revista Indústria Brasileira. Ano 6, nº 56, Junho 2021b. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-6-no-56-junho2021%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Os caminhos da retomada do crescimento. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 3, p. 6-7, Junho 2016c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-3-junho2016%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Novo governo, grande desafio. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 22, p. 6-7, Outubro 2018c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-3-no-27-outubro2018%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Acelerar reformas é crucial para o Brasil crescer. Revista Indústria Brasileira. Ano 5, nº 42, p. 6-7, Março 2020c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-5-no-42-marco2020%20>. Acesso em: 10. mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Brasil pode liderar a economia de baixo carbono. Revista Indústria Brasileira. Ano 6, nº 60, p. 6-7, Outubro 2021c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-6-no-60-outubro2021%20>. Acesso em: 10. mar. 2024.

ANDRADE, Robson. Confiança no Brasil. Revista Indústria Brasileira. Ano 3, nº 28, p. 6-7, Novembro 2018d. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-3-no-28-novembro2018%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Robson. A próxima reforma. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 19, p. 6-7, Fevereiro 2018e. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-19-fevereiro2018%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BERLINCK, Christiane. Competências humanas é que valerão. Revista Indústria Brasileira. Ano 3, nº 26, p. 24-25, Setembro 2018. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-3-no-26-setembro2018%20>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo: Ed. Unicamp/ Ed. Unesp, 2018.

BRAGA, Felipe Queiroz, “A burguesia industrial na crise do Governo Dilma”. In Valle, André Flores e Narciso, Pedro Felipe (orgs). **A burguesia brasileira em ação – de Lula a Bolsonaro**. São Paulo: Enunciado, 2021

CAMARGO, José. Mudar para não quebrar. Revista Indústria Brasileira. Ano 4, nº 35, p. 22-23, Julho 2019. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-4-no-35-julho2019%20>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CARTA CAPITAL. Lula e Alckmin vão levar programa de governo para ser debatido com empresários. 24 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-e-alckmin-vaio-levar-programa-de-governo-para-ser-debatido-com-empresarios/>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. 101 propostas para modernização trabalhista. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2013/2/101-propostas-para-modernizacao-trabalhista/#:~:text=101%20Propostas%20para%20Moderniza%C3%A7%C3%A3o%20Trabalhista%3A,da%20competitividade%20das%20empresas%20brasileiras>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CNI. Avanços dos 10 primeiros meses do governo Bolsonaro podem propiciar a recuperação da economia e do emprego. 05 nov. 2019a. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/avancos-dos-primeiros-10-meses-do-governo-bolsonaro-podem-propiciar-a-recuperacao-da-economia-e-do-emprego/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CNI. Portal da Indústria, c2024. Institucional. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CNI. Portal da Indústria, c2024. Indústria de Transformação. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-de-transformacao/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 1, nº 1, Abril 2016a. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2023/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-1-abril2016%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 9, Fevereiro 2017a. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-9-fevereiro2017%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 24, Julho 2018a. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-24-julho2018%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 5, nº 50, Novembro 2020a. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-5-no-50-novembro2020%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 6, nº 56, Junho 2021a. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-6-no-56-junho2021%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 7, nº 67, Junho 2022a. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-7-no-67-junho2022%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 1, nº 6, Setembro 2016b. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2023/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-6-setembro2016%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 2, nº 13, Junho 2017b. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-5-no-42-marco2020%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 3, nº 28, Novembro 2018b. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-3-no-28-novembro2018%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 4, nº 32, Abril 2019b. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-4-no-32-abril2019%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 5, nº 44, Maio 2020b. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-5-no-44-maio2020%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 7, nº 68, Julho 2022b. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-7-no-68-julho2022%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 8, Dezembro 2016c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-8-dezembro2016%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 15, Agosto 2017c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-15-agosto2017%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 23, Junho 2018c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-23-junho2018%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 4, nº 35, Julho 2019c. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-4-no-35-julho2019%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 1, nº 5, Agosto 2016d. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-5-agosto2016%20>. Acesso em 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 11, Abril 2017d. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-11-abril2017%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CNI. Revista Indústria Brasileira, Ano 4, nº 38, Outubro 2019d. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-4-no-38-outubro2019%20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

EL PAÍS. Presidente da CNI é preso em investigação sobre corrupção no Turismo e Sistema S. 19 fev. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/19/politica/1550582836_759106.html. Acesso em: 05 mar. 2024.

ÉPOCA. Antes de fala de Bolsonaro, CNI acionou STF para facilitar demissão de pessoas com HIV. 06 fev. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/02/antes-de-fala-de-bolsonaro-cni-acionou-stf-para-facilitar-demissao-de-pessoas-com-hiv.html>. Acesso em 10 mar. 2024.

ÉPOCA. CNI distribui carta a deputados: “É hora de mudar”. 13 abr. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2016/04/cni-distribui-carta-deputados-e-hora-de-mudar.html>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FARIAS. Francisco P. De. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 28, p. 81- 98, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4. Acesso em: 07 mar. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsonaro ganhou aplauso de empresário até quando errou. 16 jul. 2018b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardobalthazar/2018/07/bolsonaro-ganhou-aplause-de-empresarios-ate-quando-errou.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 05 mar. 2024

FOLHA DE S. PAULO. Não temos receio algum de um governo Bolsonaro, afirma presidente da CNI. 19 jul. 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/nao-temos-receio-algum-de-um-governo-bolsonaro-afirma-presidente-da-cni.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2024.

G1. Presidente da CNI é preso em investigação sobre corrupção em contratos do Sistema S. 19 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/02/19/pf-faz-operacao-para-investigar-corrupcao-no-ministerio-do-turismo-e-no-sistema-s.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2024.

G1. PSL oficializa candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência, mas adia definição de vice. 22 jul. 2018b. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/07/22/psl-confirma-candidatura-de-jair-bolsonaro-a-presidencia-da-republica.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2024.

G1. PSOL confirma Guilherme Boulos para disputa da Presidência. 21 jul. 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/07/21/psol-confirma-guilherme-boulos-para-disputa-da-presidencia.ghtml>. Acesso em: 13 abr. de 2024.

G1. PT anuncia candidatura de Fernando Haddad à Presidência no lugar de Lula. 11 set, 2018c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2018/noticia/2018/09/11/pt-anuncia-candidatura-de-fernando-haddad-a-presidencia-no-lugar-de-lula.ghtml>. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

HAULY, Luiz. As empresas precisam de um refis de verdade. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 9, p. 26-27, Fevereiro 2017. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-9-fevereiro2017%20>. Acesso em: 15 abr. 2024.

HAULY, Luiz. Reforma tributária pode avançar até julho. Revista Indústria Brasileira. Ano 2, nº 19, p. 22-23, Fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-2-no-19-fevereiro2018%20>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ISTO É. A pedido da PF, Justiça solta presidente da CNI. 19 fev. 2019. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/a-pedido-da-pf-justica-solta-presidente-da-cni/> . Acesso em: 22 fev. 2024.

MARTINS F., Ives. Legislação trabalhista está desatualizada. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 5, p. 42-43, Agosto 2016. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-5-agosto2016%20>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MARTUSCELLI, Danilo. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Critica Marxista**, n. 47, p. 55- 70, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=64&numero_revista=47. Acesso em: 07 mar. 2024.

MARTUSCELLI, Danilo. Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil. 2013. 316 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1621444>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MARTUSCELLI, Danilo. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759>. Acesso em: 22 fev. 2024.

METRÓPOLES. Representantes da indústria questionaram eleição em Whatsapp da CNI. 03 nov. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/empresarios-questionam-vitoria-de-lula-em-grupo-de-whatsapp-da-cni>. Acesso em: 06 mar. 2024.

RIBEIRO, Aguinaldo. Um consenso que surgiu da crise. Revista Indústria Brasileira. Ano 5, nº 42, p. 22-23, Março 2020. Acesso em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-5-no-42-marco2020%20>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SAES, Décio, “As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. Miton Pinheiro (org.). **Ditadura o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SPINACE, Otávio Gilioli. A burguesia industrial em conflito : a trajetória da Confederação Nacional da Indústria entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. 2019. 1 recurso online (151 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1638069>. Acesso em: 4 abr. 2024.

UOL. Bolsonaro recebe apoio de industriais e diz não querer atrapalha-los. 22 out. 2018. Disponível em: Bolsonaro recebe apoio de industriais e diz que não quer atrapalhá-los - Notícias - UOL Eleições 2018. Acesso em: 15 abr. 2024.

UOL. CNI não assinará manifesto da Fiesp: ‘Dialogamos com todos os políticos’. 28 jul. 2022a. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/cni-nao-vai-assinar-o-manifesto-da-fiesp.html>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

UOL. Empresários pedem que Lula mantenha reforma trabalhista e evite invasões. 05 nov. 2022b. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/11/05/demandas-setores-governo-lula.html>. Acesso em: 06 mar. 2024.

VILELA, Daniel. Reforma trabalhista trará maior segurança. Revista Indústria Brasileira. Ano 1, nº 10, p. 16-17, Março 2017. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2021/7/revista-industria-brasileira/#revista-industria-brasileira-ano-1-no-10-marco2017%20>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ANEXO 1 – TABELA DAS 72 EDIÇÕES DAS REVISTAS ANALISADAS

Mês/Ano	Nº	Título da Revista
Abril/2016	1	O caminho do crescimento
Mai/2016	2	A agenda para sair da crise
Junho/2016	3	O tempo para reformar a previdência está acabando
Julho/2016	4	Um guia para sair da crise
Agosto/2016	5	Hora de negociar para enfrentar a crise
Setembro/2016	6	O Brasil de Temer
Outubro/2016	7	A volta da ordem fiscal
Dezembro/2016	8	Primeiros passos
Fevereiro/2017	9	De volta aos trilhos?
Março/2017	10	Produtividade de mãos atadas
Abril/2017	11	Coragem para vencer o jogo
Mai/2017	12	Chega de burocracia
Junho/2017	13	Hora de proteger a economia
Julho/2017	14	O desafio do financiamento
Agosto/2017	15	A importância do sistema indústria
Setembro/2017	16	A nova roda de licitações de infraestrutura
Novembro/2017	17	SENAI difunde modelo da indústria 4.0
Dezembro/2017	18	2018 promete dias melhores
Fevereiro/2018	19	É preciso avançar na reforma tributária
Março/2018	20	Mapa estratégico da indústria 2018-2022
Abril/2018	21	Novos negócios
Mai/2018	22	A regra não é clara
Junho/2018	23	Oportunidade para fazer melhor
Julho/2018	24	Escolher o futuro
Agosto/2018	25	Em defesa de quem produz
Setembro/2018	26	O futuro do emprego
Outubro/2018	27	Ordem nas finanças
Novembro/2018	28	As prioridades da indústria para o próximo governo
Dezembro/2018	29	Basta usar a caneta

Fevereiro/2019	30	Um Brasil que funciona
Março/2019	31	O futuro da trabalho
Abril/2019	32	A agenda legislativa da indústria
Mai/2019	33	Economia precisa de mais gás
Junho/2019	34	Salto para o futuro
Julho/2019	35	A bomba fiscal começa a ser desativada
Agosto/2019	36	Indústria em toda parte
Setembro/2019	37	Para onde vão os empregos?
Outubro/2019	38	O quebra-cabeça da reforma tributária
Novembro/2019	39	A educação do futuro, já
Dezembro/2019	40	Giro cada vez mais alto
Fevereiro/2020	41	A retomada do emprego
Março/2020	42	Pandemia paralisa o mundo
Mai/2020	44	SESI e SENAI ajudam o Brasil no combate à pandemia
Junho/2020	45	Um plano para reabrir com segurança
Julho/2020	46	As novas redes globais de inovação
Agosto/2020	47	Como recuperar mais rápido a economia
Setembro/2020	48	País forte precisa ter indústria forte
Outubro/2020	49	Esta é a hora das ações anticíclicas
Novembro/2020	50	Uma nova revolução verde
Dezembro/2020	51	O que esperar de 2021?
Fevereiro/2021	52	Uma injeção para a economia
Março/2021	53	Quem vai domá-lo?
Abril/2021	54	Vai ser mais rápido
Mai/2021	55	É preciso investir no futuro agora
Junho/2021	56	As novas vias do licenciamento ambiental
Julho/2021	57	Profissões para a economia do futuro
Agosto/2021	58	É preciso aprovar uma ampla reforma tributária
Setembro/2021	59	Inovação em todo o lugar
Outubro/2021	60	O novo tempo dos negócios
Novembro/2021	61	Menos carbono, melhores negócios
Dezembro/2021	62	Brasil vai perder o bonde em 2022?
Fevereiro/2022	63	A inovação que faz diferença

Março/2022	64	Reforma tributária: última chamada
Abril/2022	65	A mão firme contra incertezas
Maió/2022	66	Os rumos da qualificação profissional na indústria
Junho/2022	67	O que o Brasil precisa fazer para avançar no próximo mandato?
Julho/2022	68	A indústria na próxima década
Agosto/2022	69	Uma década aos lados da empresa
Setembro/2022	70	O país fala com o próximo presidente
Outubro/2022	71	Brasil mostra como promover uma indústria verde
Novembro/2022	72	SESI Lab: aprender pode ser divertido

Alguns meses, entre os anos de 2016 a 2022 que foram analisadas, não tiveram edições. Estes meses foram: janeiro, fevereiro, março e novembro de 2016; janeiro e outubro de 2017; janeiro de 2018 e 2019; janeiro e abril de 2020; janeiro de 2021; janeiro e dezembro de 2022.

ANEXO 2 – CARTA ENTREGUE AOS 513 DEPUTADOS FEDERAIS ESCRITA E ASSINADA PELO PRESIDENTE DA CNI

Imagem 8 – Primeira parte da carta:



Brasília, 12 de abril de 2016.

Assunto: **Crise política**

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Às vésperas da histórica decisão a ser tomada pela Câmara dos Deputados nesta semana, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as Federações das Indústrias dos estados vêm manifestar sua convicção de que os nossos representantes saberão encontrar a melhor solução para a grave crise política e econômica que o país atravessa.

Como Vossa Excelência tem conhecimento, a economia brasileira enfrenta um momento de extrema dificuldade, falta de confiança e incerteza. A estagnação de 2014 se transformou numa dolorosa recessão, que fez o Produto Interno Bruto (PIB) encolher 3,8% em 2015.

Para este ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a atividade econômica terá retração de igual magnitude, em um desempenho bem inferior à média dos países emergentes. As perspectivas para 2017, se não houver uma urgente mudança de rumo, são de outro ano sem crescimento. Mais do que amargar quatro anos perdidos, isso significaria a maior recessão da história do país, com seus dramáticos efeitos.

Os brasileiros têm reais motivos para a desesperança. Estamos em meio a uma profunda crise social. Os indicadores mostram que os avanços obtidos na qualidade de vida da população, em um passado recente, ficaram para trás. A taxa de desemprego se aproxima de 10%, mesmo índice da queda da renda per capita prevista até o fim do ano. A inflação acumulada em 12 meses chegou a 9,4%, corroendo os salários dos que ainda se mantêm empregados.

Essa conjuntura adversa, em grande parte causada por uma sucessão de erros na política econômica, vem afetando a indústria mais seriamente do que outros setores. Em 2015, o PIB Industrial caiu 6,2% e a produção despencou 8,3%, o pior resultado em 12 anos. Os prejuízos são intensos e generalizados, atingindo todos os segmentos da

(Folha 2/3 da Carta Circular nº 033/2016-Pre)

indústria brasileira. Estamos perdendo a capacidade de produzir, investir, inovar e criar

CNI	SEN Quarta 1 Bloco C	Setor 220/1801	200	20/PAI	211
Confederação	ENR02-Rubens-Simoesen	Fax: 51 2017-8537	Serviço Social	Serviço Nacional	Indústria
Nacional de	20240-203 - Brasília-DF	www.cni.org.br	da Indústria	de Aprendizagem Industrial	S. Paulo-Luz
Indústria					

Fonte: Revista Época (Época, 2016).

Imagem 9 – Segunda parte da carta:



empregos. Essa é uma situação sem precedentes no país.

No quadro atual, a indústria não vislumbra a possibilidade de recuperação do mercado interno. Da mesma forma, não vê meios de compensar essa derrocada com o aumento das exportações. Apesar de iniciativas positivas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o governo não demonstra capacidade para melhorar o ambiente de negócios, elaborar uma política econômica apropriada, e propor ações para fazer o Brasil retomar a trajetória do crescimento e do progresso.

Em sentido oposto, parcelas do governo acenam com uma nova guinada na economia, justamente na direção da política que nos legou o descalabro das contas públicas e criou o cenário catastrófico em que hoje nos encontramos.

Ao mesmo tempo, o governo tem sido complacente com grupos sociais que pregam a radicalização e o confronto como forma de impor suas ideias. Essa atitude pode levar a um acirramento ainda maior das tensões, insuflando a violência, com sérias consequências.

Esse quadro negativo é ampliado pela falta de articulação do governo no Congresso, o que cria obstáculos para a aprovação das reformas de que o país necessita.

Estamos convencidas de que as discussões sobre o impeachment e sua votação no Congresso resultarão em uma nova fase da política nacional. O governo que emergir desse processo terá de arregimentar apoio, tanto no Parlamento como na sociedade, para liderar novo pacto federativo, restaurar a governabilidade e unir o país. Terá, também, que atuar com espírito público, bem como firmar compromissos com a ética e com a eficiência administrativa.

Nessa nova etapa da vida nacional, o governo e o Congresso precisarão de coragem e determinação para adotar medidas duras, mas essenciais para a retomada do desenvolvimento. Entre elas, estão as reformas previdenciária, tributária e administrativa, a recomposição das contas públicas, a modernização das leis trabalhistas e a revisão dos marcos regulatórios. Só com iniciativas firmes e ousadas poderemos voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento, do qual nos distanciamos nos últimos anos.

Neste momento turbulento, em que se discute o impeachment de um presidente da República pela segunda vez em pouco mais de duas décadas, temos a certeza de que o Congresso agirá com serenidade, grandeza e patriotismo para tomar a decisão que o país exige. Desse modo, poderemos suplantar a crise, tornar a crescer e gerar empregos.

Imagem 10 – Terceira parte da carta:



(Folha 3/3 da Carta Circular nº 033/2016-Pres.)

E hora de mudar.

Os empresários, assim como todos os brasileiros, esperam que nossos representantes no Congresso Nacional façam sua parte para que o Brasil possa voltar a sonhar com um futuro melhor.

Atenciosamente,

Robson Braga de Andrade
Presidente da CNI

Fonte: Revista Época (2016).